



02 DE ABRIL DE 2018

Segunda-feira

- MINISTÉRIO DO TRABALHO DÁ AVAL A IMPOSTO SINDICAL
- MP EMPERRA E PÕE EM XEQUE REFORMA TRABALHISTA PARA TODOS OS CONTRATOS
- FGV: CONFIANÇA EMPRESARIAL SOBE 0,3 PONTO EM MARÇO ANTE FEVEREIRO, PARA 95 PONTOS
- ACÇÕES DE EMPRESAS MENORES VOLTAM AO RADAR DE INVESTIDORES NA BOLSA
- BRASIL AVANÇA POUCO NA COMPARAÇÃO COM OUTROS PAÍSES
- PRODUTIVIDADE BRASILEIRA REAGE APÓS SEIS ANOS
- CALOTE AUMENTA 6,76% ENTRE AS EMPRESAS
- BRASIL E REINO UNIDO ASSINAM ACORDOS PARA FACILITAR COMÉRCIO E ACELERAR EXAME DE PATENTES
- BENS DE CAPITAL, INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES TEM TARIFAS ZERADAS PELA CAMEX
- CAPITAL EXTERNO NO MERCADO DEVE CRESCER 183%
- MARCOS JORGE REÚNE-SE COM ESPECIALISTAS BRITÂNICOS EM FINANÇAS SOCIAIS E NOVAS FORMAS DE TRABALHO
- NA CRISE, EMPRESAS INVESTIRAM EM TECNOLOGIA
- OBRA DISCUTE RISCOS DE TECNOLOGIA AUMENTAR A DESIGUALDADE
- STARTUPS EXTRAPOLAM FRONTEIRAS E CONQUISTAM MERCADO GLOBAL
- BANDEIRA TARIFÁRIA CONTINUA VERDE EM ABRIL, SEM COBRANÇA EXTRA NAS CONTAS DE LUZ
- MINISTRO DO PLANEJAMENTO, DYOGO OLIVEIRA SERÁ O NOVO PRESIDENTE DO BNDES
- MERCADO VÊ INFLAÇÃO MAIS BAIXA E CRESCIMENTO MENOR DO PIB EM 2018
- CÂMBIO PARA FIM DE 2018 SEGUE EM R\$ 3,30, AVALIA FOCUS

- SELIC NO FIM DE 2018 PASSA DE 6,50% PARA 6,25% AO ANO, PROJETA FOCUS
- IPCA PARA 2018 CAI DE 3,57% PARA 3,54%, PREVÊ FOCUS
- IPC-S SOBE 0,17% EM MARÇO, COM ALTA IGUAL À DE FEVEREIRO, REVELA FGV
- BRASIL PERDERIA R\$ 1,1 BILHÃO COM TAXA AO AÇO
- DESERTO VIRA CEMITÉRIO DE VEÍCULOS DA VOLKSWAGEN
- TESLA DIZ QUE PILOTO AUTOMÁTICO ESTAVA LIGADO EM ACIDENTE FATAL NOS EUA
- VERSÃO 2019 DO TOYOTA ETIOS CALCULA GASTO DE COMBUSTÍVEL EM REAIS
- UBER FECHA ACORDO COM FAMÍLIA DE VÍTIMA DE VEÍCULO AUTÔNOMO
- AUTOPEÇAS FATURAM 31,4% A MAIS EM JANEIRO
- MARCOPOLO ELEGE NOVO PRESIDENTE DO CONSELHO
- CAOA CHERY SERÁ MARCA BRASILEIRA DE CARRO CHINÊS
- CNH INDUSTRIAL PROMOVE DOIS DIRETORES NA AMÉRICA LATINA
- NEO RODAS ATINGE 1 MILHÃO DE UNIDADES PRODUZIDAS

CÂMBIO EM 02/04/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,312	3,313
Euro	4,077	4,079

Fonte: BACEN

Ministério do Trabalho dá aval a imposto sindical

02/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Nota técnica defende cobrança de contribuição de todos os trabalhadores após assembleia

A Secretaria de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho, defende a cobrança do imposto sindical de todos os trabalhadores de uma categoria após a aprovação em assembleia.

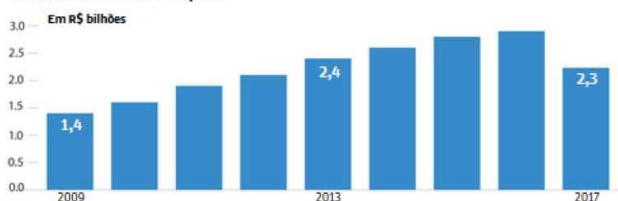
A contribuição passou a ser voluntária com a reforma trabalhista, em vigor desde novembro. Pelo entendimento da nova lei, o imposto só pode ser cobrado do trabalhador que der autorização individual por escrito.

A nota técnica nº 2/2018, assinada pelo secretário Carlos Cavalcante Lacerda, devolve aos sindicatos um direito que é interpretado como uma decisão do trabalhador.

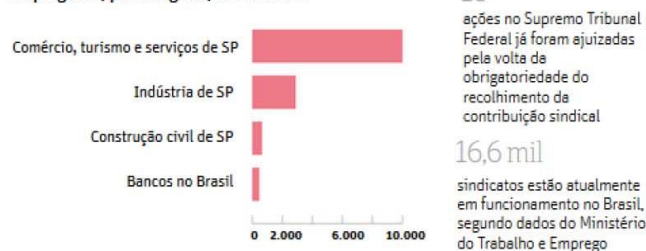
FINANCIAMENTO

Imposto sindical virou facultativo com nova lei trabalhista

Total arrecadado com imposto



Empregados, por categoria, em milhares



ENTENDA A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL



Quanto é
Equivale a 1 dia de trabalho



Quando é descontada
Uma vez por ano, geralmente em março



Quem paga
Até a reforma, todos os trabalhadores CLT de uma categoria eram obrigados a pagar. Desde novembro, contribuição é voluntária

Quem recebe, em %



Fonte: Ministério do Trabalho e entidades de representação

À **Folha**, Lacerda disse ter recebido de entidades mais de 80 pedidos de manifestação. “Sem a contribuição, pequenos sindicatos não vão sobreviver. A nota pode ser usada para os sindicatos embasarem o entendimento de que a assembleia é soberana”, afirmou Lacerda.

Advogados trabalhistas e o setor patronal criticam o parecer. Sindicalistas comemoram a nota do secretário do governo Michel Temer.

“O Ministério do Trabalho adotou uma posição de equilíbrio”, disse Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores).

Sindicatos como o dos comércios de São Paulo, base de Patah, têm realizado assembleias gerais com a participação de uma parcela da categoria para impor a taxa a todos os trabalhadores.

Reportagem da **Folha** mostrou que as empresas só vão descontar contribuição autorizada individualmente.

“A posição da Fecomercio se mantém [contrária ao recolhimento] até que o STF [Supremo Tribunal Federal] se posicione”, disse Ivo Dall’Acqua Junior, vice-presidente da FecomercioSP (federação do setor patronal do comércio no estado de São Paulo).

Tanto o Supremo como a Justiça do Trabalho têm sido bombardeados com ações pela volta da obrigatoriedade da contribuição sindical.

Para Dall'Acqua, o documento do ministério é inepto. "Notas técnicas são orientadoras de fiscalização, mas o texto não foi feito pela área competente, de auditores fiscais. A secretaria ultrapassou sua competência."

O documento, porém, diz que a secretaria tem autoridade para emitir parecer técnico sobre legislação sindical.

A nota ainda recorre a uma argumentação jurídica: "Não se desconhece que a Constituição Federal de 1988 deu brilho às entidades sindicais. Reconheceu, inclusive, a força da instrumentalidade coletiva advinda da negociação coletiva (art. 7º)".

Oportunismo

O professor de Direito do Trabalho da FGV Direito SP e da PUC-SP Paulo Sergio João disse que a nota é uma orientação oportunista.

"Só satisfaz entidades que questionam o fim da obrigatoriedade. Não tem valor técnico nem jurídico", afirmou.

De acordo com João, com o parecer, o ministério só atende a um pedido de socorro dos sindicatos dos trabalhadores. "O efeito político é lamentável e revela um sindicalismo atrelado ao Estado", disse o professor.

Lacerda, secretário de Relações do Trabalho, é ligado à Força Sindical e filiado ao Solidariedade, do deputado Paulinho da Força (SD-SP).

O secretário, apesar da repercussão da nota no meio sindical, ainda vai submeter o entendimento à assessoria jurídica do órgão.

Presidente do TST suspende cobrança obrigatória

O presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho), ministro João Batista Brito Pereira, proibiu o recolhimento obrigatório do imposto sindical de trabalhadores de empresas que operam no porto de Santos (SP). A decisão é liminar (provisória).

A sentença beneficiou a Aliança Navegação e Logística e a Hamburg Süd Brasil.

O Settaport (sindicato dos trabalhadores) entrou na Justiça do Trabalho para receber o imposto, referente a um dia de trabalho de março.

O pedido foi acatado em primeira instância e mantido pela desembargadora Ivete Ribeiro do TRT-2 (Tribunal Regional do Trabalho).

As empresas recorreram à Corregedoria-Geral, com uma correção parcial. Elas alegaram que o recolhimento do imposto, antes do julgamento final, geraria prejuízos.

A decisão de 26 de março diz "que o imediato cumprimento da determinação de recolhimento de contribuição sindical de todos os empregados em decisão antecipatória de tutela consubstancia lesão de difícil reparação".

Brito Pereira suspendeu a cobrança "até que ocorra o exame da matéria pelo órgão jurisdicional competente".

Em nota, as empresas informaram que recorreram ao TST após queixas dos empregados contra a taxa. "Após a aprovação da reforma trabalhista, o recolhimento passou a ser uma opção."

O advogado do Settaport, Douglas de Souza, alega que a contribuição tem natureza tributária. "Há uma inconstitucionalidade formal na reforma trabalhista, porque só se pode acabar com tributo por lei complementar."

MP emperra e põe em xeque reforma trabalhista para todos os contratos

02/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Maia dá prazo de recebimento de texto até terça; comissão não tem presidente nem relator

A medida provisória com ajustes na reforma trabalhista emperra no Congresso e põe em xeque a validade das novas regras para contratos assinados antes das mudanças na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em vigor desde novembro.

O entendimento de que a nova lei rege todos os contratos está na medida provisória 808, editada pelo presidente Michel Temer no fim do ano passado. O texto foi enviado aos parlamentares em razão de um acordo para que o Senado aprovasse a reforma.

Com vigência máxima de 120 dias, a medida provisória deverá caducar. Para virar lei, ela precisa ser aprovada até o dia 23 de abril. A comissão mista instalada para analisar a matéria, no entanto, ainda não escolheu presidente nem relator.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), informou ao colegiado que só receberá o projeto de conversão em lei até terça-feira (3).

Se fosse votada pela comissão, a MP ainda teria de passar pela análise dos plenários das duas Casas. Maia define a pauta da Câmara.

Sem a aprovação da MP, especialistas veem brechas para judicialização.

"O entendimento cai e volta a dúvida, porque ficará de acordo com a interpretação de cada caso concreto no Judiciário. O TST [Tribunal Superior do Trabalho] pode vir a definir isso por súmula, mas, enquanto não for feito, há uma total insegurança jurídica", afirmou Otavio Pinto e Silva, professor da USP e sócio do escritório Siqueira Castro.

O MPT (Ministério Público do Trabalho) defenderá a tese de que a reforma só tem valor para os novos contratos.

"No ponto de vista do Ministério Público [do Trabalho], agora está claro que a reforma não se aplica aos contratos vigentes à época da implementação da reforma trabalhista", disse o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury.

Possíveis questionamentos em relação às normas em vigor durante o período da MP 808 vão exigir uma pacificação da matéria.

Segundo o advogado trabalhista Francisco de Assis Brito, o Congresso terá de disciplinar posteriormente, por decreto legislativo, como ficam as relações que se concretizaram nesses quatro meses.

"Falava-se que a reforma trabalhista traria segurança jurídica, mas tudo o que trouxe foi o mais absoluto caos normativo", afirmou o juiz Guilherme Guimarães Feliciano, presidente nacional de Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho).

SALVAGUARDAS

Além da questão da abrangência da lei, a medida também altera pontos considerados polêmicos no texto original, como a jornada de 12 horas trabalhadas por 36 horas de descanso e as condições de atividade de gestantes e lactantes.

Um dos principais problemas para o procurador-geral do Trabalho é a regra previdenciária dos trabalhadores intermitentes. "Simplesmente o trabalhador intermitente ficará sem nenhuma regra em relação à Previdência Social", disse Fleury.

A MP estabelece que o trabalhador intermitente que recebe menos de um salário mínimo tem de fazer contribuição complementar.

Sem essas regras, esse trabalhador não terá cobertura para receber auxílio-doença ou salário-maternidade e também não terá o período contabilizado como tempo de contribuição para a aposentadoria, de acordo com o procurador-geral.

"Apesar de a MP colocar uma regra totalmente absurda de complementação da Previdência, ela vinha arrumar algumas excrescências da reforma", disse Fleury.

FGV: confiança empresarial sobe 0,3 ponto em março ante fevereiro, para 95 pontos

02/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Confiança Empresarial (ICE) subiu 0,3 ponto em março ante fevereiro, alcançando 95,0 pontos, informou nesta segunda-feira, 2, a Fundação Getulio Vargas (FGV). O resultado é o mais elevado desde abril de 2014, quando o indicador estava em 95,6 pontos.

O indicador médio do primeiro trimestre ficou 2,8 pontos acima do resultado do trimestre anterior. Na comparação com o mesmo trimestre de 2017, o avanço é de 11,5 pontos.

"O resultado de março seguiu o padrão do mês anterior: variação discreta da confiança empresarial com melhora na percepção sobre a situação atual e estabilidade das expectativas.

Dadas as limitações a um avanço mais expressivo da confiança estabelecidas pelo ritmo ainda lento de recuperação da economia e pelos níveis ainda elevados de incerteza, a acomodação do índice em novo patamar por dois meses ainda pode ser lida de forma favorável.

O índice deve retomar a tendência ascendente nos próximos meses", avaliou Aloisio Campelo Junior, superintendente de Estatísticas Públicas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

O Índice de Confiança Empresarial reúne os dados das sondagens da Indústria de Transformação, Serviços, Comércio e Construção.

O cálculo leva em conta os pesos proporcionais à participação na economia dos setores investigados, com base em informações extraídas das pesquisas estruturais anuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo a FGV, o objetivo é que ICE permita uma avaliação mais consistente sobre o ritmo da atividade econômica.

Em março, houve melhora em quase todos os setores, com exceção dos Serviços, que recuaram 1,7 ponto no mês. A maior contribuição para a alta do índice empresarial foi da Indústria (2,9 pontos), seguida pelo Comércio (1,9 pontos).

A confiança cresceu em 51% dos 49 segmentos pesquisados para compor o ICE de março. A coleta do Índice de Confiança Empresarial reuniu informações de 4.893 empresas dos quatro setores entre os dias 1º e 23 de março.

Ações de empresas menores voltam ao radar de investidores na Bolsa

02/04/2018 – Fonte: Isto É Dinheiro

E apesar de pouco famosas, menos negociadas e mais baratas, hoje elas estão nas recomendações de especialistas para quem topa assumir uma dose extra de risco em troca de uma chance de retorno ampliado daqui a três ou a quatro anos.

Para as corretoras e os analistas de investimento, esses ativos, que se habituaram a viver na sombra do mercado financeiro, devem ganhar espaço daqui para a frente – isso considerando que o ciclo de taxa básica de juros da economia se sustente nos patamares atuais (hoje, a Selic está em 6,5% ao ano) e o bom momento da Bolsa supere as incertezas do cenário político, permanecendo mais algum tempo no azul.

“Com o retorno da renda fixa em queda e a demanda crescente por renda variável, que encarece as ações mais líquidas, o aplicador começa a procurar papéis mais baratos e com bom potencial de retorno”, explica o professor de pós-graduação da Fipecafi Nilton Belz.

Tamanho

O termo small caps é empregado pela B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, para designar as empresas com até R\$ 10 bilhões em valor de mercado (o número de ações negociadas multiplicado pelo valor de cada uma delas).

São papéis de baixa liquidez, justamente por não estarem nas mãos de muita gente. E, apesar do adjetivo small (pequena, em português), a categoria reúne nomes como a incorporadora Cyrela, as companhias aéreas Gol e Azul e a fabricante de carrocerias Marcopolo – empresas que, pela lógica, não podem ser qualificadas como de pequeno ou médio porte.

“Muitas empresas são grandes, de fato, mas têm poucas ações negociadas em Bolsa e, por isso, estão classificadas como small caps”, explica o gestor de carteiras Luiz Pardal.

O analista afirma que o momento é favorável para esse tipo de ativo. Segundo ele, todas as vezes em que o Ibovespa, o índice com as ações mais relevantes da B3, vive um bom momento, o Small, que é por sua vez o índice das ações de baixa liquidez, vem a reboque, com algum atraso no tempo.

Neste ano, o Ibovespa acumula alta de 11,47%. Já o Small subiu 4,03% no período. “Estou há 40 anos nesse mercado e há 40 anos é assim. Em algum momento o Ibovespa vai parar de crescer tanto e o Small vai disparar e se aproximar”, afirma.

No limite

Existem algumas explicações para que os dois índices andem lado a lado, mas em tempos distintos. A mais simples é que os investidores tendem primeiro a aportar recursos nas ações mais famosas para, depois, seguir em busca das menos conhecidas, ou seja, à procura de pechinchas.

Outra razão, mais sofisticada, envolve o porte das empresas e a capacidade de caixa de cada uma delas. Uma companhia de R\$ 100 bilhões tem mais facilidade para se adaptar a um revés, como a crise econômica que o País enfrentou nos últimos anos. Já uma empresa de R\$ 100 milhões tem orçamento mais apertado e, geralmente, opera “no limite” de sua capacidade física.

“Simplificando, uma empresa com 1 mil funcionários e quatro fábricas pode dispensar 100 trabalhadores em uma crise e desativar uma das unidades. Já uma empresa com três empregados não consegue reduzir despesas da mesma forma quando precisa”,

explica Michael Viriato, coordenador do laboratório de finanças do Insper e também planejador financeiro pela Planejar.

Justamente por isso, as small caps são consideradas um nível acima na esfera de risco do mercado de renda variável, que já é considerada arriscada por si só.

“Apesar de ser mais fácil uma empresa de R\$ 50 milhões dobrar de tamanho do que uma de R\$ 100 bilhões, a companhia de R\$ 50 milhões pode se transformar em quase nada muito mais rapidamente do que a concorrente bilionária. Essa lógica faz com que o mercado de small caps não seja para qualquer um”, define o analista da XP Investimentos Marcos Saravalle. “E mesmo a quem gosta de risco, eu recomendo alocar no máximo 10% do portfólio de investimentos nesse setor.”

Alta

Apesar de, neste ano, ainda correr atrás da rentabilidade do Ibovespa, o índice de small caps entrou no radar dos investidores em 2017, após uma rápida recuperação que acompanhou o bom humor do mercado nos meses anteriores à delação dos donos da JBS em maio.

As ações de small caps resistiram na dianteira das aplicações ao longo de todo o ano e, hoje, considerando os últimos 12 meses, acumulam alta de 33,83%, frente os 31,06% do Ibovespa.

Em uma simulação realizada por Michael Viriato, planejador financeiro pela instituição Planejar, o aplicador que aportou R\$ 100 em uma carteira de ações que replique o índice de small caps da B3 e outros R\$ 100 em uma carteira de Ibovespa no dia 30 de dezembro de 2015, chegou ao final do ano seguinte com R\$ 138,94 no último indicador, contra R\$ 130,27 nas ações de baixa liquidez do mercado.

No último dia útil do próximo ano, 29 de dezembro de 2017, a situação já era distinta. O índice de small caps pagava ao aplicador R\$ 194,92, contra R\$ 176,25 do Ibovespa, R\$ 10,6% de diferença. “O crescimento das empresas pequenas é mais rápido no caso das grandes”, diz o especialista.

Brasil avança pouco na comparação com outros países

02/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

Nos anos 90, a produtividade brasileira correspondia a 25% da americana. E nada mudou em 30 anos. Segundo estudo da consultoria internacional Conference Board divulgado no final do ano passado, cada brasileiro produziu, em média US\$ 30.265 em 2016. Um americano, US\$ 121.260.

Além dos EUA, outros 76 países estão na frente do Brasil nesse ranking, com 124 nações. “Não acompanhamos o desenvolvimento de economias mais maduras”, diz o economista Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central. Em 1950, a produtividade da Coreia do Sul correspondia a 11% da produtividade dos EUA, por exemplo. Em 2016, chegou a 60%.

A baixa escolaridade no Brasil ajuda a explicar esse atraso. Na empresa de tecnologia de informação Totvs, por exemplo, os profissionais contratados para trabalhar nas subsidiárias da Rússia e dos EUA, em geral, já chegam treinados. “No Brasil, precisamos de até 120 dias de treinamento até que comecem a dar retorno.”

Mas o problema não se restringe à educação. A burocracia também é um limitador. É possível identificar isso no caso da Lukscolor. Como fabricante de tintas, o objetivo da empresa é, obviamente, produzir e vender tintas.

Mas cerca de 30 dos 500 funcionários da empresa, 6% do quadro, têm como única função passar o dia acompanhando as mudanças tributárias que ocorrem nos âmbitos federal, estadual e até municipal, e cuidar do recolhimento dos tributos.

“Não é investimento em vendas, que gera receita. São custos que não podemos cortar”, diz Angélica Albuquerque, diretora da Lukscolor.

O Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) estima que o trabalho de acompanhamento das mudanças tributárias custe em média 1,5% do faturamento das empresas (ou R\$ 200 bilhões anuais).

De 1988 até outubro de 2017, a burocracia estatal brasileira criou 377.566 normas tributárias, das quais apenas 26.268 estavam em vigor em setembro do ano passado.

Produtividade brasileira reage após seis anos

02/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

Depois de cair 6,45% nos últimos seis anos, a produtividade brasileira começa a esboçar uma reação. A projeção da consultoria Tendências é de que, em 2018, o indicador deve crescer 0,5%. Trata-se de uma alta modesta, mas que sinaliza o avanço de um indicador essencial para o crescimento sustentável do País.

Essa recuperação é resultado de uma combinação de três fatores. Um deles é o chamado “darwinismo econômico”: durante a recessão, muitas empresas ineficientes vão à falência e trabalhadores com baixa qualificação são demitidos.

“A produção cai num primeiro momento de forma mais rápida do que as demissões, já que as empresas não sabem a extensão da crise”, explica Evandro Buccini, economista-chefe da Rio Bravo Investimentos. “Quando a economia volta a crescer, o mercado de trabalho demora para responder, o que favorece o ganho de produtividade no pós-crise.”

Além disso, para sobreviver, ou para se preparar para a retomada, muitas empresas investiram na melhoria de processos, corte de custos e otimização dos recursos. Quando a economia se recupera, elas estão mais eficientes e a produtividade aumenta.

Na semana passada, por exemplo, a montadora Mercedes-Benz anunciou uma série de inovações na fábrica de caminhões e ônibus de São Bernardo do Campo, resultado do investimento de R\$ 500 milhões nos últimos três anos, período em que também demitiu 5 mil pessoas.

Com a modernização da unidade e a adoção de conceitos da chamada indústria 4.0, a empresa anunciou um ganho de produtividade de 15%.

A construtora paranaense Plaenge também investiu na melhoria de processos durante a crise. Um dos focos da Plaenge foi reduzir o tempo ocioso da mão de obra, provocado por falhas na distribuição de material para construção, como tijolos ou cimento. “Uma construção que custava R\$ 31 milhões, agora custa R\$ 1,8 milhão a menos”, diz Marcelo Resquetti, gerente geral da Plaenge.

O impulso no indicador de produtividade também veio da macroeconomia, com juros e inflação convergindo para mínimas históricas.

Segundo Alessandra Ribeiro, da Tendências, as mudanças na legislação trabalhista e a Lei de Responsabilidade das Estatais ajudaram a melhorar o ambiente de negócios, estimulando investimentos. “Os efeitos dessas reformas devem aumentar ao longo do tempo.”

Voo de galinha

Mas ainda há muito a fazer para livrar o Brasil da síndrome de "voo de galinha", em que o crescimento é sempre baixo e de curta duração. Para o País emplacar um crescimento ao "estilo chinês", mudanças estruturais profundas precisam ser feitas.

"O aumento de produtividade envolve três aspectos", explica o economista José Alexandre Scheinkman, da Universidade Columbia, nos EUA. "Aumento da educação dos trabalhadores, do estoque de capital na economia e, também, maior eficiência na forma como capital e trabalho são usados de forma combinada."

Esse terceiro ponto depende de melhorias no ambiente de negócios. Trata-se de uma agenda que envolve redução da burocracia, investimentos em infraestrutura, criação de regras e marcos regulatórios que deem clareza e previsibilidade no cumprimento de contratos, aumento da competição entre os agentes econômicos e simplificação tributária.

Desafio

Posto em números, é possível ver o tamanho do desafio. A pedido do jornal O Estado de S. Paulo, o banco Santander calculou o esforço que o País precisa fazer para aumentar o potencial de crescimento do PIB, ou seja, o quanto a economia consegue crescer sem exaurir sua capacidade e provocar alta da inflação – que depende de mais produtividade.

Estudos do banco indicam que, hoje, o teto está próximo de 2% ao ano. Para crescer 4% de forma consistente, a taxa de investimentos terá de sair dos atuais 15,6% para 21% do PIB – e a produtividade crescer 2,3% ao ano.

"É um ritmo de crescimento que o País não consegue sustentar desde a década de 70", diz Maurício Molon, economista-chefe do Santander.

Calote aumenta 6,76% entre as empresas

02/04/2018 – Fonte: EM.com



A indústria é o setor que mais enfrenta inadimplência e pagamento em atraso de fornecedores e clientes que também são empresas (foto: Maria Tereza Correia/EM/D.A Press - 18/1/11)

A despeito da reação da economia brasileira, o universo de empresas com contas em atraso e registradas em cadastros de inadimplentes cresceu 6,76% em fevereiro, na comparação com o mesmo período do ano passado.

Trata-se da quinta vez que esse indicador avança na base de comparação anual. Frente a janeiro, houve aumento de 0,90%. Os números são resultado da pesquisa Indicador de Inadimplência da Pessoa Jurídica feita pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

"O momento econômico vivido no biênio 2015-2016 impôs severas dificuldades para empresas e consumidores, afetando a capacidade de honrarem todos os seus compromissos. Ainda há efeitos da crise, mas também há sinais de retomada da economia. Para este ano, espera-se que, à medida que os negócios se recuperem, a

capacidade de pagamento das empresas que têm essa dificuldade também melhora”, afirma o presidente da CNDL, José César da Costa.

De acordo com o levantamento de informações do SPC e CNDL, o Sudeste lidera o crescimento da inadimplência entre as empresas. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, o número de pessoas jurídicas negativadas na região aumentou 10,49%. Foi a taxa mais elevada entre os locais pesquisados. Em seguida aparecem, as regiões Sul, que registrou avanço de 3,72% na mesma base de comparação, Centro-Oeste (3,05%), Norte (1,96%) e Nordeste (1,90%).

Outro indicador também mensurado pela pesquisa é o de dívidas em atraso. Neste caso, o crescimento foi de 5,22% em fevereiro de 2018, ante o mesmo mês do ano passado. É a maior variação na base anual de comparação desde novembro de 2016, quando o índice apresentou alta de 6,26%. Na comparação mensal, o índice subiu 0,72%.

Entre os segmentos credores, ou seja, as empresas que deixaram de receber de outras empresas, o destaque foi a indústria, cuja alta foi de 9,26% na quantidade de atrasos.

No setor de serviços, que engloba bancos e financeiras, o crescimento no volume de atrasos recebidos de fornecedores e clientes pessoas jurídicas foi de 5,23%. Já no comércio, a alta observada alcançou 4,35%. Em termos de participação, 69% das pendências de empresas são devidas ao setor de serviços, 17% empresas comerciais e 13% da indústria.

Dívidas A pesquisa do SPC Brasil também passou a contabilizar os dados referentes à quitação de dívidas por parte das empresas. Em fevereiro último, o Indicador de Recuperação de Crédito da Pessoa Jurídica apresentou queda de 1,52% no período acumulado de 12 meses. Apesar da queda da recuperação do crédito, é importante notar que em meses anteriores, as taxas negativas foram maiores, chegando a 8,16% em setembro de 2016.

A única região a observar aumento da recuperação de crédito foi o Nordeste, com variação de 1,36% no acumulado de 12 meses. A queda mais acentuada foi observada no Sul (-6,69%), seguido do Centro-Oeste (-3,07%), Norte (-2,02%) e Sudeste (-1,30%).

A análise da recuperação de crédito por setor devedor revela que, do total de empresas que saíram do cadastro de devedores mediante pagamento, a maior parte (46%) atua no setor de comércio. Além dessas empresas, 40% são do setor de serviços e 10% atuam na indústria.

Brasil e Reino Unido assinam acordos para facilitar comércio e acelerar exame de patentes

02/04/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 28-03-2018)



Ministro chefiou a delegação brasileira durante encontro do Comitê Econômico e Comercial Conjunto Brasil-Reino Unido, em Londres

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, e o ministro de Comércio Internacional do Reino Unido, Liam Fox, presidiram hoje a 10ª reunião do

Comitê Econômico e de Comércio Conjunto Reino Unido - Brasil (JETCO na sigla em inglês), realizada em Londres (Reino Unido).

“Estou convicto de que o JETCO ganha em relevância nesta nova fase de nossas relações comerciais e este encontro certamente cria as bases para resultados concretos e mutuamente benéficos para nossos países”, declarou o ministro.

Para o ministro Liam Fox, como a maior economia da América do Sul, o Brasil tem um enorme potencial que as empresas britânicas podem utilizar. “Continuaremos a trabalhar em estreita colaboração com o governo brasileiro para derrubar as barreiras ao comércio e apoiar nossas economias em benefício mútuo”, disse.

Acordos

Durante a reunião, Marcos Jorge e Liam Fox assinaram um Memorando de Entendimento para fomentar temas importantes no comércio bilateral, como facilitação de comércio, cooperação regulatória e promoção da cultura exportadora, com estímulo para maior participação das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) no comércio exterior.

Além disso, o Memorando alcança ainda o apoio para reestruturação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e para a implementação de instrumentos de compliance para permitir o acesso do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), candidatura oficializada em maio de 2017.

Marcos Jorge ressaltou a importância da parceria com o Reino Unido. “Acredito que uma das características mais importantes de nosso relacionamento tem sido a capacidade de inovar na identificação de meios de fomentarmos projetos de desenvolvimento associado, como é o caso da cooperação no contexto do Fundo da Prosperidade, o “Prosperity Fund”, declarou o ministro brasileiro.

O Prosperity Fund é o fundo de cooperação do Governo Britânico financiado pelo Foreign and Commonwealth Office (Ministério das Relações Exteriores Britânico). Entre 2011 e 2016, o fundo britânico investiu mais de 14 milhões de libras em projetos no Brasil, com o intuito de melhorar o ambiente de negócios, bem como atrair novos investimentos em infraestrutura com melhorias no ambiente regulatório e capacitação em parcerias público-privadas.

Intercâmbio comercial

Marcos Jorge também destacou as trocas comerciais entre o Brasil e o Reino Unido, que chegaram, em 2017, ao valor de cerca de US\$ 5,15 bilhões. “Apenas nos dois primeiros meses deste ano, nosso intercâmbio de bens já cresceu 30% de lado a lado, o que demonstra o potencial existente para o incremento de nossas trocas comerciais”, afirmou.

Em termos de investimentos, o Brasil possui estoque de US\$ 30 bilhões e o Reino Unido, US\$ 4 bilhões. “Isso demonstra o grande esforço e empenho de nossas empresas para o incremento das relações bilaterais. Por isso, Brasil e Reino Unido, inclusive por intermédio do engajamento do MDIC e do DIT no JETCO, têm trabalhando com afinco para dar mais fluidez ao ambiente de negócios”, lembrou Marcos Jorge.

Parceria INPI-UKIPO

Durante o JETCO, o diretor-executivo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Mauro Maia, e o diretor-executivo e controlador-geral do Escritório de Propriedade Intelectual do Reino Unido (UKIPO, na sigla em Inglês), Tim Moss, assinaram um acordo que vai acelerar a análise de pedidos de patentes.

O acordo prevê a colaboração entre o INPI e o UKIPO através de um projeto piloto de Patent Prosecution Highway (PPH). Neste modelo de parceria entre dois países ou

regiões, o solicitante da patente poderá pedir que o exame de seu pedido seja priorizado em um dos países, após ter sido concedido pelo outro.

Deste modo, um pedido de patente já concedido no Brasil poderá ter seu exame acelerado no Reino Unido, ao mesmo tempo em que uma solicitação deferida no instituto britânico poderá ser agilizada no INPI. Em média, segundo o INPI, o prazo é reduzido de cerca de 10 anos para nove meses, via PPH.

Segundo o ministro Marcos Jorge, é importante destacar que "patentes concedidas com agilidade são essenciais para estimular a inovação e a competitividade das empresas, inclusive para as que pretendem investir no mercado externo. Também contribuem para atrair investimentos no Brasil", informa.

Neste PPH entre o INPI e o UKIPO, que entrará em vigor no terceiro trimestre de 2018, poderão ser incluídos até 100 pedidos de patentes por ano. Os campos tecnológicos ainda serão definidos pelos dois institutos.

Atualmente, o Brasil possui projetos de PPH com os Estados Unidos, o Japão, a China, o Escritório Europeu de Patentes e os países latino-americanos que fazem parte do projeto denominado PROSUR.

Bens de capital, informática e telecomunicações tem tarifas zeradas pela Camex

02/04/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 28-03-2018)

Alterações nas tarifas são de produtos na condição de ex-tarifários. Medidas passam a valer a partir desta quarta-feira (28)

O Diário Oficial da União (DOU) de hoje trouxe resoluções da Câmara de Comércio Exterior (Camex) que alteram as tarifas de importação de bens de capital (BK), informática e telecomunicações (BIT) na condição de ex-tarifários.

A [resolução nº 22/2018](#) contempla a relação de 38 ex-tarifários para bens de informática e telecomunicações, sendo 20 pedidos novos e 18 pedidos de renovação. Já a [resolução nº 23/2018](#) trata da alteração da alíquota de importação para 293 ex-tarifários para bens de capital, sendo 237 pedidos novos e 56 pedidos de renovação. Os principais setores contemplados, em relação aos novos investimentos, serão: eletroeletrônico (54,59%), construção civil (6,54%) e autopeças (6,31%).

As alterações para 0% das tarifas de importação, de ambas as resoluções, entram em vigor hoje até 31 de dezembro de 2019.

Alteração na Letec

A [Resolução nº 21/2018](#) altera a Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul (Letec). De acordo com a medida, publicada hoje no DOU, o ex-tarifário 001 relativo ao código 4703 .21.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constante na Letec, passa a vigorar com a seguinte alteração:

NCM	Descrição
4703.21.00	-- De coníferas
	Ex 001 - Qualquer produto classificado no código 4703.21.00, exceto pasta química de madeira, à soda ou ao sulfato, branqueada, tipo "fluff", de coníferas de fibras longas, em bobinas de 22 a 50 cm de largura, com umidade entre 3 e 8%

Capital externo no mercado deve crescer 183%

02/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Brasil deve receber US\$ 41,1 bilhões em capital externo em 2018 para investimento em renda fixa e Bolsa, prevê o Instituto Internacional de Finanças (IIF), formado pelos 500 maiores bancos do mundo, com sede em Washington. O volume representa aumento de 183% em relação ao ano passado, quando os ingressos somaram US\$ 14,5 bilhões, um dos números mais fracos dos últimos anos.

O Brasil, mesmo com as eleições, deve ser um dos emergentes que mais vai atrair capital externo este ano, segundo as estimativas do organismo. Outros destaques são a Argentina, com ingressos estimados em US\$ 41,9 bilhões em 2018 e a Turquia, com US\$ 51,3 bilhões. Outros mercados devem ter fuga de capital, como a Rússia, com saída estimada de US\$ 36 bilhões, e a Coreia do Sul, com perda de US\$ 77 bilhões.

O IIF ressalta que o Brasil atraiu volume de recursos “relativamente robusto” em fevereiro, enquanto outros mercados como China, Polônia e Tailândia perderam capital. Os economistas da instituição observam que os investidores estrangeiros devem mostrar crescente diferenciação no momento da decisão de qual emergente aportar recursos.

Positivo

Após um turbulento mês de fevereiro, os fluxos de capital estrangeiro para países emergentes voltaram a ficar positivos em março e somaram US\$ 7,6 bilhões, de acordo com estimativas preliminares do IIF. Apesar da recuperação, o volume de recursos este mês foi o mais fraco desde novembro de 2016.

Regionalmente, a América Latina foi a única região a registrar fuga de capital em março, com saída de US\$ 2,1 bilhões, considerando os mercados de renda fixa e bolsa. Os emergentes da Ásia atraíram US\$ 5,1 bilhões, seguidos pela África/Oriente Médio, com ingresso de US\$ 3,2 bilhões, de acordo com os números do IIF. A África do Sul segue como um dos países que mais estão atraindo recursos, com os investidores animados pela troca de presidente.

Nos emergentes, os investidores aportaram recursos principalmente na renda fixa em março, com fluxo de US\$ 6 bilhões. Na bolsa, o volume de capital somou US\$ 1,6 bilhão.

Em março, o IIF ressalta que sinais de recuperação mais forte nos emergentes estão entre os fatores que contribuem para manter estes mercados atrativos para os estrangeiros. Indicador calculado pela própria instituição mostra que a região está crescendo no ritmo mais alto desde 2011.

Marcos Jorge reúne-se com especialistas britânicos em finanças sociais e novas formas de trabalho

02/04/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 29-03-2018)



Ministro participou de reuniões com temas voltados a programas desenvolvidos pelo MDIC, como negócios de impacto e indústria 4.0

Durante a missão ao Reino Unido, o ministro Marcos Jorge reuniu-se com empresas e especialistas com iniciativas que podem contribuir para os programas desenvolvidos pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Finanças sociais

Durante a visita à Big Society Capital, um banco de atacado capaz de realizar empréstimos e investimentos para o ecossistema das finanças sociais, o ministro ouviu do CEO Cliff Prior como uma empresa privada, independente do governo, mas dotada com recursos públicos (dormant accounts) investe nas chamadas finanças sociais.

O Big Society Capital possui duas linhas de atuação principais: sensibilização quanto ao tema de finanças sociais e investimento. Entre sua criação em 2012 e 2016, a instituição já desembolsou 179 milhões de libras, e um investimento total de 586 milhões de libras, quando considerados seus co-investidores, produzindo uma alavancagem da ordem de 2,3 vezes o seu investimento

A visita à empresa foi sugestão da Secretaria de Inovação do MDIC, tendo em conta o lançamento da Estratégia Nacional de Negócios de Impacto, em dezembro de 2017, cujo Comitê é presidido pelo Ministério.

O modelo é uma diretriz para um conjunto de 15 órgãos de governo e estabelece ações estratégicas para a promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento de empreendimentos que sejam capazes de criar soluções de mercado para os problemas sociais e ambientais brasileiros.

Os Negócios de Impacto são formas inovadoras de prestar serviços públicos ao cidadão e ao mesmo tempo gerar desenvolvimento econômico. A construção de uma Estratégia Nacional de Investimento e Negócios de Impacto atende à demanda de multiplicação de empreendimentos capazes de gerar lucro e retorno social e, ao mesmo tempo, responder aos desafios impostos pelos problemas sociais.

Novas formas de trabalho

O ministro e a delegação brasileira também reuniram-se com Lynda Gratton, professora de Prática de Gestão na London Business School, onde dirige o programa "Estratégia de Recursos Humanos em Empresas Transformadoras", considerado o principal programa mundial de recursos humanos.

O ministro Marcos Jorge informou a ela o lançamento da Agenda Brasileira para a Indústria 4.0 e questionou a especialista sobre como as empresas e o governo podem melhorar a estrutura do trabalho dentro de suas organizações, tendo em vista as mudanças na sociedade e o aumento na expectativa de vida.

A professora colocou-se à disposição para colaborar com o governo brasileiro na formulação da estratégia brasileira para a chamada quarta revolução industrial.

Segundo a professora, a sociedade evoluiu, tem longevidade cada vez maior e as famílias e suas estruturas não são mais as mesmas, bem como a estrutura de trabalho familiar se reestruturou, de modo que o ambiente de trabalho é altamente impactado por todas essas mudanças.

Ela afirma que o mundo ainda segue os padrões adquiridos na revolução industrial e precisa se adaptar a essas mudanças com a chegada da tecnologia, novos trabalhos e conectividade.

O ministro e a professora também discutiram sobre como os governos e a sociedade podem desenvolver as habilidades técnicas e sociais (softskills) em larga escala a custos acessíveis.

Em 2017 o MDIC realizou piloto em 4 estados (BA, MG, DF e PR) voltado para capacitar em softskills 500 alunos de cursos técnicos de tecnologia da informação.

Segundo a professora, cerca de 1,3 bilhões de trabalhadores estarão migrando para as novas formas de trabalho dentro de alguns anos. Ela acredita que uma das chaves

para mudança está nas empresas melhorarem a difusão de conhecimento tácito, bem como a forma de avaliação de performance dos seus funcionários, dando feedbacks mais concisos e diretos, tendo maior entendimento do que é cada trabalho e do que é necessário em termos de habilidades e clima organizacional para que cada atividade seja melhor executada, alocando os funcionários para as tarefas de acordo com o perfil de cada um.

Nos últimos 20 anos, Lynda escreveu sobre a interface entre pessoas e organizações. Seus oito livros cobrem o link entre negócios e RH (Living Strategy), as novas formas de trabalhar (The Democratic Enterprise), o aumento da colaboração complexa (Hot Spots e Glow) e o impacto de um mundo em mudança no emprego e no trabalho (The Shift – O Futuro do Trabalho). Em 2012, The Shift recebeu o prêmio do livro de negócios do ano no Japão e foi traduzido para mais de 15 idiomas.

Segurança digital

A última visita foi à Tempest, uma empresa brasileira de segurança digital que atua também no Reino Unido onde Marcos Jorge conversou com o CEO, Peter Johnson.

A organização é responsável por oferecer segurança da informação e combate a fraudes digitais. Possui soluções para consultoria em monitoração, testes de intrusão, inteligência de ameaças e produtos que elevam a segurança dos ativos e sistemas do seu ambiente. Possui 17 anos de presença no mercado.

Nos últimos anos, ampliou sua atuação também na América Latina.

Marcos Jorge manifestou orgulho em ter uma empresa brasileira em expansão com escritório no Reino Unido e destacou a importância da segurança digital em um mundo em que grande parte do fluxo de informação ocorre digitalmente.

A visita à empresa foi uma sugestão do Departamento de Comércio do Reino Unido.

Na crise, empresas investiram em tecnologia

02/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

Nos últimos dois anos, muitas empresas tiraram da gaveta projetos para melhoria de processos e adoção de novas tecnologias. Elas precisavam se adequar à queda na produção, ao aumento de custos, mas, principalmente, se preparar para a retomada do crescimento.

“Com os níveis de inflação que tivemos nos últimos anos, a empresa que não investiu em produtividade passou por grandes apuros”, diz Armando do Valle Junior, vice-presidente para América Latina da Whirlpool. “Não houve, e continua não havendo, espaço para repassar os aumentos de custos para os preços.”

Segundo o executivo, a empresa realizou cerca de 700 tipos de investimentos, “de softwares a máquinas”, para aumentar a produtividade.

A Celma, divisão de Aviação da GE no Brasil, há dois anos investe em novas tecnologias, como impressão 3D, big data e realidade aumentada, para se tornar mais eficiente. A impressão 3D é usada para a construção de peças e ferramentas usadas na manutenção das turbinas. O ganho é evidente: em vez de encomendar uma ferramenta, que poderia levar dias, ela é “impressa” em até 12 horas, dependendo do tamanho.

A GE Celma trabalha para ter, até o final do ano, um sistema de coleta e análise de dados para melhorar a eficiência no processo de revisão das turbinas e uso de “óculos inteligentes” com realidade aumentada para facilitar a inspeção de motores. “A

tendência é que essas tecnologias se tornarem cada vez mais comuns”, diz Julio Talon, presidente da GE Celma.

A montadora de ônibus Marcopolo também aproveitou a recessão para um ajuste. A empresa, com sede em Caxias do Sul (RS), criou um programa para atacar quatro áreas: segurança, qualidade, entrega e custo – todos ligados ao aumento de eficiência e produtividade. Com isso, reduziu em 70% o número de acidentes, que resultam em menos afastamento dos profissionais.

As falhas de produção caíram pela metade e os custos 7; Ao mesmo tempo, houve um ganho de 20% no tempo de montagem de um ônibus. “Para competirmos globalmente, fazer mais com menos é uma busca constante”, diz diretor-geral da Marcopolo, Francisco Gomes Neto. Entre 2011 e 2016, a produção da Marcopolo caiu de 21.320 unidades produzidas para 7.181. No ano passado, subiu para 8.852 unidades.

Obra discute riscos de tecnologia aumentar a desigualdade

02/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

"Aplicando a Quarta Revolução Industrial", de Klaus Schwab e Nicholas, foi lançado em janeiro

Nas últimas semanas, enquanto o Facebook lidava com o vazamento da informação de que dados de milhões de usuários foram usados ilegalmente em campanhas de marketing político, um carro autônomo da Uber atropelou e matou uma mulher nos EUA.

Embora os dois acontecimentos tenham causado um previsível barulho, quem acompanha as discussões sobre os dilemas de ética e segurança ligados à rápida propagação de novas tecnologias dificilmente os consideraria fatos inesperados.

No livro “Aplicando a Quarta Revolução Industrial”, por exemplo, não são poucos os alertas sobre esses riscos e nossa falta de preparo para enfrentá-los.

Lançada em janeiro e recém-traduzida para o português, a obra de Klaus Schwab e Nicholas Davis —respectivamente, o fundador e o responsável por inovação do Fórum Econômico Mundial— tem o espírito agitado dos encontros anuais em Davos (Suíça).

Em março, foi realizada em São Paulo a primeira versão latino-americana do evento.

O livro traz muitas informações de uma vasta gama de fontes, em formato quase relatorial. Isso atrapalha a fluência do texto, às vezes muito carregado de jargões e frases herméticas (pelo menos para os pouco entendidos).

Mas esses problemas são compensados pela relevância, pela atualidade dos temas e dados apresentados e, principalmente, por sua abordagem que questiona o aparente desvio da quarta revolução industrial do que deveria ser seu propósito: o progresso de toda a humanidade (e não apenas de uma fração dela).

Logo no início, os autores situam o leitor em relação à cronologia das três revoluções que precederam a atual.

A primeira, em meados do século 18, teve início com a indústria têxtil e acabou repercutindo em outras áreas, levando à criação do motor a vapor e das estradas de ferro.

Entre 1870 e 1930, veio a segunda onda de transformações tecnológicas, na esteira da descoberta da energia elétrica, que permitiu o surgimento do rádio, do telefone, da TV e dos eletrodomésticos.

Ao redor de 1950, uma nova revolução emergiu em torno da teoria da informação e da computação digital e —como as duas anteriores— alterou profundamente a economia e a sociedade.

“O impacto cumulativo dessas três revoluções industriais suscitou um incrível aumento das riquezas e oportunidades —pelo menos em países com economias mais avançadas”, destacam os autores.

A quarta revolução repetirá os ganhos de produtividade das três antecessoras e será mais generosa na sua distribuição?

Schwab e Davis não têm a resposta definitiva para essa pergunta. Mas apontam indícios do que está por vir na esteira de inteligência artificial, robótica, internet das coisas, biotecnologia e tantas outras mudanças, contempladas em capítulos específicos na segunda metade do livro.

Para entender os rumos que tomamos, dizem os autores, é importante reconhecer duas visões enganosas.

A primeira é a crença de que a tecnologia determina o futuro. A segunda está ligada à ideia de que ela seja desprovida de valores e, portanto, totalmente influenciada pelo caráter moral dos seus usuários, e não de seus desenvolvedores ou difusores.

“Os dois argumentos esquecem que tecnologia e sociedade se moldam uma à outra”, ressaltam os autores.

Nosso papel é discutir isso e encontrar a melhor forma de regular sua aplicação e guiar seu alcance, ressaltam.

Um desafio é tanto, principalmente devido à enorme rapidez com que a quarta revolução industrial vem ocorrendo. Como apontado pelo livro, a internet atingiu em uma década o mesmo número de usuários que o telefone demorou 75 anos para alcançar.

Apesar dessa velocidade frenética, parcela significativa da humanidade permanece na exclusão. Bilhões não foram beneficiados nem sequer pelas tecnologias das revoluções anteriores. São os casos do terço da população mundial que não recebe água potável e saneamento seguro e da metade sem acesso à internet.

As novas tecnologias prometem um salto sem precedentes de desenvolvimento, mas há o risco real de que ele seja acompanhado de um aumento da desigualdade, e não o seu contrário. Eis a principal mensagem do livro.

Aplicando a Quarta Revolução Industrial

Autor Klaus Schwab e Nicholas Davis

Editora Edipro

Quanto R\$ 69 (352 págs.)

Avaliação muito bom ★★★★★

Startups extrapolam fronteiras e conquistam mercado global

02/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Uma série de empresas criadas no Brasil quer deixar para trás a ideia de que o país tem uma economia fechada e produz poucos negócios internacionais.

Ainda não há uma pesquisa que quantifique quantas são as startups buscando clientes fora do Brasil, mas, em conversas com profissionais do setor, a reportagem identificou 52 casos.

A internacionalização precoce é favorecida pelo fato de muitas delas não dependerem da venda de produtos e serviços entregues fisicamente, diz Juarez Leal, coordenador de internacionalização da Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações).

Conforme as startups brasileiras amadurecem e mais empreendedores percebem que é possível competir no mercado internacional, está se tornando mais comum que se criem empresas pensando em como um dia atuar globalmente, afirma Rafael Ribeiro, diretor-executivo da ABStartups (associação do setor).

A Pipefy (de software para gerir rotinas de empresas) nasceu em 2014 com site em inglês e mirando no exterior.

Impulsionada por avaliações positivas em sites especializados internacionais, a empresa conquistou cerca de 8.000 clientes em 150 países.

Alessio Alionco, 31, fundador da empresa, diz que ser internacional desde o início aumenta o mercado da startup. Também a força a buscar o mesmo nível de qualidade de serviço de seus concorrentes globais e, com isso, ser mais competitiva.

Na semana passada, a companhia recebeu US\$ 16 milhões em investimentos dos fundos OpenView e Trinity, ambos dos EUA.

É comum que a decisão de ir para fora do país ocorra quando a empresa atinge estabilidade no mercado brasileiro. Nesse momento, avançar para o exterior traz a chance de uma nova aceleração do crescimento.

É assim com a RankMyApp, que oferece serviços e tecnologias para ajudar na divulgação de aplicativos. A companhia deve aumentar investimentos para atrair clientes fora do Brasil neste ano.

"Conseguimos quase tudo o que poderíamos por aqui e precisávamos de novos mercados para crescer", diz a sócia Juliana Assunção, 29.

A startup está testando o retorno de investimentos de vendas para conquistar clientes na Colômbia, na Inglaterra, na Austrália e na Espanha.

As experiências são feitas principalmente a partir de contato por telefone e email. Os mercados onde a iniciativa der mais resultado serão priorizados, afirma Juliana.

No caso do Gympass, que vende planos de descontos em academias credenciadas para empresas, o impulso para ir para fora veio após a startup se tornar fornecedora de subsidiárias brasileiras de companhias multinacionais.

As matrizes dessas empresas se interessaram pelo serviço e incentivaram a expansão, diz Leandro Caldeira, diretor da empresa no Brasil.

A startup, aberta em 2013, já atende clientes em 14 países, incluindo Argentina, México, Alemanha, Espanha, França e Estados Unidos.

DESAFIOS

Apesar de a digitalização dos negócios ter facilitado a internacionalização de startups, tentar conquistar o mundo precocemente pode esvaziar o caixa da empresa e, por isso, a decisão depende de análise criteriosa.

Rodolfo Pinotti, diretor de Operações para o Brasil da aceleradora americana 500 Startups, diz que dar mais atenção ao país pode ser melhor porque, em geral, conquistar clientes aqui é mais barato do que fora.

"É uma discussão difícil, mas, em muitos casos, é importante ganhar musculatura antes de expandir."

O desafio, explica Alan Leite, sócio da aceleradora de negócios Startup Farm, é que buscar clientes fora do país envolve custos como adaptação do produto, treinamento de equipe, pesquisas de mercado e manutenção de estrutura de atendimento.

Depois de levar em pouco mais de dois anos a Easy Taxi para 35 países, Tallis Gomes, 30, agora diz acreditar que dominar o mercado local primeiro é melhor.

A Singu, sua empresa de contratação de profissionais de beleza via app, atende apenas em São Paulo e no Rio de Janeiro. "O mercado de beleza é tão grande onde estamos. Para que sair agora se há tanto para ser conquistado?"

O problema de internacionalizar muito rápido, segundo ele, é que será preciso vender uma participação grande na empresa para investidores para ter dinheiro para a expansão. "Quando você levanta capital muito cedo, dilui muito sua participação", diz.

Em 2014, Tallis deixou a Easy Taxi, da qual tinha uma participação minoritária. Àquela altura, a companhia tinha captado US\$ 77 milhões com investidores.

Sem dar números exatos, Tallis diz que a Singu cresceu sete vezes no ano passado. A startup levantou R\$ 10 milhões em investimentos na última semana.

EM EXPANSÃO Startups brasileiras com negócios em outros países

Printi

O que faz gráfica online

Abertura 2012

Para onde Boston (EUA)

Motivação empresa se tornou rentável no Brasil e passou a buscar novas oportunidades de crescimento

Hotmart

O que faz serviço de divulgação e venda de produtos digitais, como livros online e cursos

Abertura 2011

Para onde Espanha, Holanda e Colômbia

Motivação ter vários mercados permite se proteger de crises regionais

OrçaFascio

O que faz sistema que simplifica a elaboração de orçamento de obras

Abertura 2011

Para onde EUA, Portugal e, em breve, Canadá

Motivação módulo integra orçamentos e plantas 3D e tem potencial de expansão

Tracksale

O que faz serviço para que lojas online conheçam a satisfação de seus clientes

Abertura 2013

Para onde contratou profissionais na Argentina

Motivação multinacional sueca que queria contratar o serviço para nove mercados

Bandeira tarifária continua verde em abril, sem cobrança extra nas contas de luz

02/04/2018 – Fonte: Bem Paraná

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou hoje (29) que a bandeira tarifária de abril continuará na cor verde, o que significa que não haverá cobrança extra nas contas de luz. Com isso, desde janeiro não há cobrança adicional nas contas de energia.

Em fevereiro e março, a Aneel decidiu manter a tarifa nesse patamar. A manutenção da bandeira verde em abril significa que a situação nos reservatórios das hidrelétricas continua a melhorar, devido à volta das chuvas.

Nos últimos meses de 2017, por causa do baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas, houve cobrança extra nas contas de luz via bandeira tarifária. Isso ocorre para arrecadar recursos necessários para cobrir custos extras com a produção de energia mais cara, gerada por termelétricas.

Em outubro e novembro, vigorou a bandeira vermelha no patamar 2, a mais alta prevista pela agência. Em outubro, o acréscimo foi de R\$ 3,50 a cada 100 quilowatt/hora (kWh) consumidos no mês. Em novembro, como a Aneel antecipou a revisão dos valores que seriam aplicados a partir de janeiro de 2018, o valor adicional passou para R\$ 5 a cada 100 kWh.

Já em dezembro, em razão do início do período chuvoso, a agência reguladora determinou a cobrança da bandeira vermelha, mas no patamar 1, com cobrança extra de R\$ 3 a cada 100 kWh. Na bandeira amarela, o aumento na tarifa é de R\$ 2 a cada 100 kWh.

Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira será o novo presidente do BNDES

02/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Governo fecha desenho da equipe econômica e confirma Eduardo Guardia no comando da Fazenda



O ministro do planejamento Dyogo Oliveira, que vai assumir o BNDES - Pedro Ladeira/Folhapress

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, será o novo presidente do BNDES. A decisão foi tomada em reunião neste sábado (31) no Palácio do Jaburu e compõe o desenho da nova equipe econômica do governo, que deve ser fechado até domingo (1) pelo presidente Michel Temer.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, vai assumir o comando da pasta no lugar de Henrique Meirelles, que deixará o cargo para tentar viabilizar sua candidatura ao Palácio do Planalto, enquanto o secretário-executivo do Planejamento, Esteves Colnago, deve ser promovido a ministro, com o objetivo de manter a atual condução da área.

A composição final da equipe econômica deve ser fechada neste domingo, após reunião entre Meirelles e o líder do governo no Senado, Romero Jucá (RR), que tem influência no Planejamento e patrocinou a ida de Dyogo para o comando do BNDES, um dos principais braços de liberação de recursos neste ano eleitoral.

Meirelles queria fazer Guardia seu sucessor e indicar o secretário Mansueto Almeida (Acompanhamento Fiscal) para o Planejamento, mas os planos do ministro esbarraram nos de Jucá. Na conversa deste domingo, ambos vão fechar justamente o comando da pasta que era comandada por Dyogo.

O senador trabalhou para empossar Dyogo no banco estatal contanto que o sub do ministro, Colnago, assumisse o Planejamento.

De acordo com aliados, Meirelles não vai insistir na nomeação de Mansueto e, portanto, deve prevalecer o projeto de Jucá. A ida de Dyogo para o BNDES agrada ao Planalto, que o vê como uma pessoa de sua confiança, capaz de reverter a fragilidade

institucional enfrentada pelo banco após as denúncias envolvendo operações com a JBS e as empreiteiras da Lava Jato.

Dyogo terá como um dos objetivos pacificar a relação do banco com as instâncias de controle, como o TCU (Tribunal de Contas da União). Além disso, deverá ampliar a interlocução com o setor privado, fundamental para fazer deslanchar as concessões de infraestrutura hoje emperradas.

Caberá ao BNDES, nesta estrutura, viabilizar essas concessões e garantir o financiamento na parte mais crítica dos projetos, no seu início. Depois disso, o banco deverá coordenar a troca para o financiamento privado, via operações financeiras como a securitização de recebíveis.

Como informou o "Painel" neste sábado (31), para fechar a equação que envolvia a indicação da cúpula do PP —e, conseqüentemente, o ciclo da equipe econômica—, Temer aceitou a ascensão do vice-presidente de Habitação, Nelson Antonio de Souza, ao comando da Caixa Econômica Federal.

O atual presidente, Gilberto Occhi (PP), vai para o Ministério da Saúde.

Mercado vê inflação mais baixa e crescimento menor do PIB em 2018

02/04/2018 – Fonte: G1

Previsão dos analistas dos bancos para inflação deste ano caiu de 3,57% para 3,54%. Para o PIB, estimativa de alta passou de 2,89% para 2,84%.

Os economistas das instituições financeiras passaram a prever uma inflação mais baixa e um crescimento menor do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018, aponta relatório de mercado, também conhecido como "Focus", divulgado pelo Banco Central nesta segunda-feira (2).

O relatório é divulgado semanalmente pelo BC e sempre tem como base pesquisa feita com economistas na semana anterior à da divulgação. Mais de 100 instituições financeiras são ouvidas.

Para a inflação de 2018, a previsão do mercado recuou de 3,57% para 3,54%. Foi a nona queda seguida.

O percentual esperado pelos analistas continua abaixo da meta central que o Banco Central precisa perseguir para a inflação neste ano, que é de 4,5%, mas está dentro do intervalo de tolerância previsto pelo sistema, que considera que a meta terá sido cumprida pelo BC se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficar entre 3% e 6%.

A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic).

Para 2019, o mercado financeiro reduziu sua expectativa de inflação de 4,10% para 4,08%. Foi o segundo recuo seguido deste indicador. A estimativa do mercado está em linha com a meta central do próximo ano e também dentro da banda do sistema de metas (entre 2,75% e 5,75%).

PIB e juros

Para o resultado do PIB em 2018, os economistas dos bancos baixaram a previsão de crescimento de 2,89% para 2,84%. Para o ano que vem, a expectativa do mercado para expansão da economia continua em 3%.

O Produto Interno Bruto é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia. Em 2016, o PIB teve uma retração de 3,5%. Em 2017, cresceu 1% e encerrou a recessão no país.

Os analistas do mercado também reduziram, de 6,5% para 6,25%, a previsão para a taxa básica de juros da economia, a Selic, ao final de 2018. Atualmente, a taxa está em 6,5% ao ano.

A redução na expectativa do mercado veio após o próprio Banco Central ter indicado que pode continuar reduzindo a taxa básica de juros nos próximos meses.

Para o fim de 2019, a estimativa do mercado financeiro para a Selic continuou em 8% ao ano. Deste modo, os analistas seguem estimando alta dos juros no ano que vem.

Câmbio, balança e investimentos

Na edição desta semana do relatório Focus, a projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2018 ficou estável em R\$ 3,30 por dólar. Para o fechamento de 2019, subiu de R\$ 3,39 para R\$ 3,40 por dólar.

A projeção do boletim Focus para o resultado da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), em 2018, continuou em US\$ 55 bilhões de resultado positivo.

Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado para o superávit permaneceu estável ao redor de US\$ 45 bilhões.

A previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em 2018, subiu de US\$ 77,5 bilhões para US\$ 80 bilhões. Para 2019, a estimativa dos analistas ficou estável em US\$ 80 bilhões.

Câmbio para fim de 2018 segue em R\$ 3,30, avalia Focus

02/04/2018 – Fonte: EM.com

O relatório de mercado Focus divulgado na manhã desta segunda-feira, 2, pelo Banco Central, não mostrou alteração no cenário para a moeda norte-americana em 2018. A mediana das expectativas para o câmbio no fim deste ano seguiu em R\$ 3,30, valor igual ao verificado há um mês. Já o câmbio médio no ano passou de R\$ 3,28 pela R\$ 3,29, ante R\$ 3,28 de um mês atrás.

Para 2019, a projeção dos analistas do mercado financeiro para o câmbio no fim do ano foi de R\$ 3,39 para R\$ 3,40, ante R\$ 3,38 de quatro pesquisas atrás. Já a expectativa para o câmbio médio no próximo ano continuou em R\$ 3,35, ante R\$ 3,34 de um mês atrás.

Selic no fim de 2018 passa de 6,50% para 6,25% ao ano, projeta Focus

02/04/2018 – Fonte: EM.com

Após o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, reforçar, na última quinta-feira (29), que o juro básico da economia pode cair novamente na reunião de maio do Comitê de Política Monetária (Copom), a pesquisa Focus realizada semanalmente com analistas do mercado financeiro trouxe mudança na expectativa para o patamar do juro no fim do ano. A projeção desta segunda-feira, 2, caiu de 6,50% - patamar anunciado na semana passada - para 6,25% ao ano.

Com isso, a previsão de Selic (a taxa básica de juros) média em 2018 passou de 6,53% para 6,34% ao ano, ante 6,75% de quatro pesquisas antes. O grupo dos analistas consultados que mais acertam as projeções de médio prazo, o chamado Top 5,

manteve a previsão para a taxa básica no fim do ano em 6,25%, ante 6,75% de um mês antes.

Entre todos os analistas consultados, a previsão para a taxa Selic no fim de 2019 seguiu em 8%. Já a expectativa de juro médio no próximo ano entre todos os consultados caiu de 7,50% para 7,27%, ante 7,75% de quatro semanas atrás. Entre os analistas do Top 5, a previsão de juro no fim do ano seguiu em 8,00%, mesmo valor de um mês antes.

Mercado projeta Selic a 6,25% no fim de 2018 e início do ciclo de alta em fevereiro de 2019 -

Expectativas

Os economistas do mercado financeiro esperam por um corte de 0,25 ponto percentual da Selic em maio, de 6,50% para 6,25% ao ano. Depois disso, conforme o Sistema de Expectativas de Mercado do relatório Focus, a projeção é de que a Selic permaneça em 6,50% ao ano até fevereiro de 2019, quando a taxa subiria a 6,50% ao ano. Este aumento marcaria o início de um novo ciclo, desta vez de alta para os juros básicos.

IPCA para 2018 cai de 3,57% para 3,54%, prevê Focus

02/04/2018 – Fonte: EM.com

Os economistas do mercado financeiro reduziram pela nona semana consecutiva a previsão para a inflação de 2018. O Relatório de Mercado Focus divulgado na manhã desta segunda-feira, 2, pelo Banco Central (BC), mostra que a mediana para o IPCA este ano caiu de 3,57% para 3,54%. Há um mês, estava em 3,70%. Já a projeção para o índice em 2019 caiu de 4,10% para 4,08%. Quatro semanas atrás, estava em 4,24%.

Com as quedas seguidas, a projeção dos economistas para a inflação em 2018 caminha em direção ao piso da meta deste ano, cujo centro é em 4,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual (índice de 3,0% a 6,0%). Para 2019, a meta é de 4,25%, com margem de 1,5 ponto (de 2,75% a 5,75%).

Entre as instituições que mais se aproximam do resultado efetivo do IPCA no médio prazo, denominadas Top 5, a mediana das projeções para 2018 no Focus seguiu em 3,41% ao ano. Para 2019, a estimativa do Top 5 permaneceu em 3,70%. Quatro semanas atrás, as expectativas eram de 3,67% e 4,25%, respectivamente.

Tanto na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) quanto no Relatório Trimestral de Inflação (RTI), divulgados na semana passada, o BC projetou o IPCA em 3,8% ao fim de 2018 e em 4,1% ao fim de 2019, considerando o cenário de mercado.

A inflação suavizada para os próximos 12 meses passou de 3,94% para 3,95% de uma semana para outra - há um mês, estava em 4,02%.

Entre os índices mensais mais próximos, a estimativa para março de 2018 seguiu em 0,15%. Um mês antes, estava em 0,25%. No caso de abril, a projeção recuou de 0,35% para 0,33%, ante 0,36% quatro semanas antes.

Preços administrados

O Relatório de Mercado Focus indicou a expectativa de ligeira desaceleração dos preços administrados em 2018. A mediana das previsões do mercado financeiro para o indicador este ano foi de 4,90% para 4,80%. Para 2019, a mediana seguiu em 4,50%.

Há um mês, o mercado projetava aumento de 4,94% para os preços administrados neste ano e elevação de 4,50% no próximo ano.

As projeções atuais do BC para os preços administrados indicam elevações de 4,8% em 2018, 3,8% em 2019 e 4,0% em 2020. Estes percentuais foram atualizados no RTI divulgado na semana passada.

Outros índices

O Focus mostrou, ainda, que a mediana das projeções do IGP-DI de 2018 passou de 4,37% para 4,40%. Há um mês, estava em 4,31%. No caso de 2019, o IGP-DI projetado seguiu em 4,27%, ante 4,25% quatro semanas antes.

Calculados pela Fundação Getulio Vargas (FGV), os Índices Gerais de Preços (IGPs) são bastante afetados pelo desempenho do dólar e pelos produtos de atacado, em especial os agrícolas.

Outro índice, o IGP-M, que é referência para o reajuste dos contratos de aluguel, foi de 4,37% para 4,51% nas projeções dos analistas para 2018. Quatro levantamentos antes, estava em 4,22%. Para 2019, a projeção passou de 4,38% para 4,30%, ante 4,40% quatro semanas atrás.

Já a mediana das previsões para o IPC-Fipe de 2018 seguiu em 3,29% no Focus. Um mês antes, a mediana das projeções do mercado para o IPC era de 3,35%. No caso de 2019, a projeção foi de 4,12% para 4,10%, ante os mesmos 4,10% de um mês antes.

IPC-S sobe 0,17% em março, com alta igual à de fevereiro, revela FGV

02/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S) subiu 0,17% em março, a mesma variação apurada em fevereiro, conforme informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta segunda-feira, 2. Com esse resultado, o indicador acumula avanço de 1,03% no ano e 2,76% em 12 meses, taxa mais baixa que a encontrada no mesmo período finalizado em fevereiro (3,07%).

A alta observada em março ficou exatamente em linha com a média e a mediana da pesquisa do **Projeções Broadcast**, que tinha intervalo de 0,12% a 0,20%.

Frente à terceira quadrissemana de março, o indicador acelerou da variação de 0,14% encontrada naquela oportunidade. Nesta base de comparação, quatro das oito classes de despesas avançaram: Habitação (0,17% para 0,27%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,34% para 0,42%), Educação, Leitura e Recreação (-0,20% para -0,09%) e Comunicação (-0,17% para -0,09%).

O grupo de Vestuário manteve a mesma taxa de variação apresentada na leitura anterior, de 0,57%.

Já os segmentos que registraram desaceleração entre a terceira e a quarta quadrissemana de março foram Alimentação (0,01% para -0,02%), Transportes (0,30% para 0,23%) e Despesas Diversas (0,08% para 0,05%).

Grupos

O avanço do IPC-S da terceira quadrissemana de março para a última leitura do mês (0,14% para 0,17%) teve como principal contribuição a alta do grupo Habitação (0,17% para 0,27%), segundo a FGV. Dentro do segmento, o principal destaque é tarifa de eletricidade residencial (0,91% para 1,19%), que sobe pressionada pelos

reajustes em algumas distribuidoras. Em fevereiro, o IPC-S também havia subido 0,17%.

Dentre os outros grupos que registraram aceleração entre a terceira e a quarta quadrissemana de março, a FGV destaca o comportamento de artigos de higiene e cuidado pessoal (-0,27% para 0,24%) em Saúde e Cuidados Pessoais; show musical (0,58% para 0,79%) no segmento de Educação, Leitura e Recreação; e pacotes de telefonia fixa e internet (0,23% para 0,52%) em Comunicação.

Por outro lado, Alimentação voltou a recuar sob a influência do arrefecimento de hortaliças e legumes (1,82% para 0,39%). A gasolina (0,08% para -0,27%), por sua vez, foi o principal motivo para a desaceleração de Transportes e o alívio em clínica veterinária (0,70% para 0,47%) contribuiu para o arrefecimento em Despesas Diversas (0,08% para 0,05%).

Em Vestuário, que manteve a mesma taxa de variação (0,57%), o item roupas (0,75% para 0,82%) exerceu a principal pressão de alta, enquanto calçados (0,68% para 0,30%) contribuiu para baixo.

Principais influências

Segundo a FGV, entre os itens que mais contribuíram para a aceleração do indicador estão, além de energia elétrica, plano e seguro de saúde (que manteve a taxa de 0,95%), mamão papaia (14,81% para 27,16%), refeições em bares e restaurantes (0,30% para 0,36%) e tarifa de ônibus urbano (0,58% para 0,73%).

Já entre as maiores influências individuais de baixa estão, além de gasolina, passagem aérea (mesmo com a deflação menor, de -9,13% para -8,82%), frango em pedaços (-2,25% para -3,61%), carne moída (-2,10% para -3,00%) e tarifa de táxi (-1,74% para -2,01%).

Brasil perderia R\$ 1,1 bilhão com taxa ao aço

02/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Ipea mostra que medida de Trump levaria a queda de 1,2% no nível de atividade do setor do país

A aplicação pelos americanos de uma sobretaxa ao aço importado afetaria pelo menos 13% das vendas externas do insumo brasileiro e causaria perdas de US\$ 350 milhões (cerca de R\$ 1,1 bilhão) em relação ao volume exportado em 2017.

Os dados são de estudo inédito do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), obtido pela Folha.

A medida anunciada pelo presidente Donald Trump levaria ainda a uma queda de 1,2% no nível de atividade no setor brasileiro e afetaria em especial a produção do aço semimanufaturado --as chapas usadas pela indústria automotiva, por exemplo.

O estudo considera os efeitos integrais da medida anunciada pelos EUA no início de março, que determina tarifa de 25% sobre as importações americanas do produto.

Após divulgar a medida, o governo Trump suspendeu seus efeitos até 30 de abril para negociações com um grupo de países, entre os quais o Brasil. Hoje a taxa é de 0,9%. Além do Brasil, os mais afetados são Japão, China e países da União Europeia, como a Alemanha. Canadá e México ficaram livres e a Coreia do Sul caminha para chegar a um acordo com os EUA.

Para calcular o impacto da sobretaxa para o Brasil, o autor da nota técnica e coordenador de Relações Econômicas Internacionais do Ipea, Fernando Ribeiro, levou em conta não apenas o total de aço exportado pelo Brasil aos americanos, mas

também o quanto essas vendas representam na produção doméstica, além do mix de produtos exportados.

As exportações de aço do Brasil aos americanos somaram US\$ 2,63 bilhões em 2017. O valor representou 33% de todo o aço exportado pelo Brasil no mesmo ano.

O pico das vendas aos americanos, no entanto, foi registrado em 2014. Naquele ano, US\$ 2,98 bilhões foram vendidos aos EUA, ou 44% das vendas totais do produto.

No valor da produção doméstica, diz Ribeiro, as exportações de aço para os EUA tinham participação de quase 10%. Como medida de comparação, toda a exportação de aço brasileira corresponde a 22% da produção local do produto.

Outro ponto destacado pelo estudo se refere ao mix de produtos exportados pelo Brasil. A medida americana afeta laminados planos, barras, fios e perfis, tubos, semimanufaturados e aço inoxidável. Os semimanufaturados têm destaque absoluto em tudo aquilo que vai para os americanos.

Do total vendido pelo Brasil para os EUA, 70% são de aço semimanufaturado, usado em especial pela indústria automotiva. Nas vendas externas totais de aço, essa fatia é um pouco menor (50%).

Concretizada a sobretaxa anunciada pelos EUA, diz Ribeiro, a medida pode ter um impacto significativo sobretudo nas indústrias locais produtoras de semimanufaturados de aço.

EFEITO MAIOR

O efeito da sobretaxa americana sobre as exportações brasileiras poderia, no entanto, ser duas vezes maior.

Isso ocorreria num cenário de estresse, no qual outros países relevantes para as importações de aço americanas conseguiriam, via acordos bilaterais, ficar de fora das medidas.

Único atingido, o Brasil perderia mercado para os outros concorrentes, como Japão e Alemanha-- além de Canadá e México, hoje já excluídos da sobretaxa.

Nesse caso, a queda das exportações do setor de aço brasileiro poderia chegar a 26% ou o equivalente a US\$ 700 milhões (R\$ 2,3 bilhões), tendo como base o que foi exportado em 2017, diz Ribeiro.

Já a atividade industrial no setor teria queda de 2,6%.

"Mas é menos provável que só o Brasil fique sujeito às medidas", diz o pesquisador do Ipea, para quem o impacto deve ficar mais próximo de US\$ 350 milhões.

As medidas anunciadas pelo governo Trump também estabeleceram tarifa de 10% sobre as importações de alumínio. Os efeitos disso sobre as vendas externas brasileiras não seriam relevantes.

Segundo Ribeiro, as exportações brasileiras para os EUA de alumínio somaram US\$ 61,8 milhões em 2017, ou 11% do total de alumínio exportado pelo Brasil.

Na produção nacional, aponta o estudo, as exportações dos produtos de alumínio para americanos têm uma participação quase insignificante.

No caso do aço, diz Ribeiro, é curioso que, a despeito das reclamações dos americanos, não haveria como argumentar que os EUA estão sendo prejudicados por um surto de importações.

As compras de aço dos EUA oscilaram na faixa de US\$ 30 bilhões ao ano entre 2015 e 2017, após atingir o recorde de US\$ 41 bilhões em 2014. O país responde por 9% das importações mundiais.

O emprego do setor de fato caiu, mas em razão de ajustes feitos pelas empresas.

ACORDO CONJUNTO

Em meio à decisão do governo americano de elevar as tarifas do aço, a melhor opção para o Brasil seria aderir à negociação conjunta com outros países, ainda que fora dos domínios da OMC (Organização Mundial do Comércio).

Para Fernando Ribeiro, pesquisador do Ipea, a estratégia americana é enfraquecer a OMC, forçando acordos bilaterais.

Por isso, o governo suspendeu a sobretaxa de 25% até o dia 30 de abril para alguns países como o Brasil.

Outro sinal dessa tática seria o entendimento recente da Coreia do Sul com os Estados Unidos.

O Brasil vai ter de fazer concessões, a mais óbvia no setor de etanol. Mas uma abertura maior do setor automotivo não estaria excluída. "A OMC não é opção no momento. A China é o principal alvo, mas a estratégia é mais ampla", diz Ribeiro, que antevê chances de guerra comercial global.

Deserto vira cemitério de veículos da Volkswagen

02/04/2018 – Fonte: Bem Paraná

No deserto californiano, dezenas de aviões descansam em paz após o último pouso de suas carreiras no aeroporto de logísticas de Victorville, cidade de 120 mil habitantes a 140 km de Los Angeles. Desde 2017, milhares de automóveis se juntaram ao "cemitério de aviões", formando um gigantesco estacionamento de carros coloridos no meio do deserto de Mojave.

A imagem não é miragem e pode ser vista no site Google Earth. A instalação é uma das 37 que a Volkswagen alugou nos EUA para guardar os veículos a diesel que comprou de volta dos consumidores após o escândalo da fraude nos testes de poluentes de 2015. Um assessor da empresa que administra o terreno disse que o lote tem capacidade para 21 mil veículos.

Em 2015, a montadora admitiu uso de software ilegal para trapacear nos testes de emissões nos EUA, afetando quase meio milhão de carros. A Volks criou um programa de devolução dos veículos e disse que 340 mil consumidores haviam demonstrado interesse. No fim de 2017, ainda gastava US\$ 3 bilhões para consertar os motores.

"Esses veículos estão sendo armazenados de maneira provisória e passam por manutenção de rotina para garantir sua operacionalidade e qualidade a longo prazo", informou a Volks dos EUA num comunicado à reportagem. A empresa também afirmou que os carros devem voltar ao comércio ou serem exportados quando forem aprovadas as modificações de emissões. Veículos que não podem ser modificados por causa da "idade ou condições ou outras razões serão reciclados de forma responsável".

De acordo com documentos judiciais, a montadora alemã já pagou mais de US\$ 7 bilhões na recompra de cerca de 350 mil veículos. Destes, 13 mil já foram revendidos e 28 mil destruídos. A crise é a maior já enfrentada nos 80 anos de história da maior montadora da Europa e provocou a renúncia do presidente mundial da empresa, em 2015. Um ano atrás, a Volkswagen foi condenada a pagar US\$ 4,3 bilhões em multas e estima gastar mais de US\$ 25 bilhões em danos para consumidores, agências de meio ambiente e revendedores.

CLIMA IDEAL Devido ao clima quente e seco, além da quantidade quase sem fim de terrenos disponíveis, a região californiana é perfeita para armazenamento de máquinas. O aeroporto Southern California Logistics, que não opera voos comerciais, tem 288 aeronaves, algumas para serviços de manutenção, outras para reciclagem, aposentadoria ou espera para revenda.

O "cemitério de aviões" guarda muitos modelos 747 e é usado por diversas companhias aéreas, como United, Air China e Lufthansa. Os automóveis começaram a chegar no começo de 2017. É possível ver o estacionamento da pequena estrada que separa Victorville e Adelanto, uma "cidade de possibilidades ilimitadas", como diz seu letrreiro de boas-vindas.

Uma grade coberta com tecido preto protege a propriedade, que se estende até a estrada perder o asfalto e virar puro deserto. Ao longe, é possível ver alguns aviões. Na parte asfaltada, há uma comunidade com casas simples, trailers e um restaurante mexicano.

O motorista desempregado Michael Robuck, 43, mora na região há 30 anos e relembra a bagunça quando os veículos surgiram. "A gente nem se dá conta dos aviões, mas dos carros sim. Foram meses e meses de caminhões trazendo os carros. Às vezes dava para contar 30 caminhões num dia."

Tesla diz que piloto automático estava ligado em acidente fatal nos EUA

02/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Colisão na Califórnia levou à morte do motorista que dirigia veículo semiautônomo



Carro da Tesla colidiu com mureta de concreto na Califórnia - KTVU

A fabricante de automóveis elétricos Tesla confirmou nesta sexta-feira (30) que seu sistema semiautônomo Autopilot estava acionado no momento de uma colisão na Califórnia na semana passada que levou à morte do motorista do veículo.

A colisão acontece logo após um veículo da Uber atingir e matar um pedestre na primeira morte ligada a um veículo autônomo.

A Tesla disse que os registros do veículo Modelo X mostraram que nenhuma ação foi tomada pelo motorista logo antes da colisão, apesar de ele ter recebido avisos anteriores para colocar as mãos no volante.

"Nos momentos prévios à colisão (...) o piloto automático foi conectado", afirmou a Tesla, acrescentando que "o motorista havia recebido antes, dentro da unidade, várias advertências visuais e sonoras de utilizar as mãos, e suas mãos não foram detectadas no volante durante os seis segundos anteriores à colisão".

O veículo colidiu contra uma barreira perto da cidade de Mountain View, na Califórnia, em 23 de março, pegando fogo antes de ser atingido por outros dois automóveis.

A National Highway Traffic Safety Administration, que iniciou uma investigação sobre o acidente no início desta semana, não comentou imediatamente o assunto. O National Transportation Safety Board (NTSB) também está investigando o acidente fatal.

O motorista, identificado pelo The Mercury News como Wei Huang, um homem de 38 anos, morreu em um hospital próximo logo após o acidente.

Segundo a fabricante, "o motorista teve aproximadamente cinco segundos e 150 metros de alcance de visão antes de bater no obstáculo de concreto, mas os registros do veículo mostram que ele não reagiu".

A declaração da Tesla não diz por que o sistema Autopilot aparentemente não detectou o divisor de concreto.

O piloto automático permite que os motoristas tirem as mãos do volante por períodos prolongados sob certas condições. A Tesla exige que os usuários concordem em manter as mãos no volante o tempo todo antes de poderem usar o piloto automático, mas os usuários costumam dizer que podem usar o sistema para dirigir com as mãos livres.

A empresa acrescentou que a razão pela qual o automóvel autônomo sofreu um dano tão grande foi o fato de a barreira da pista "ter sido danificada em um acidente anterior sem ser substituída".

"Nunca vimos este nível de dano em um Modelo X em nenhuma outra batida", afirmou. A companhia —fundada há 15 anos pelo empresário sul-africano Elon Musk— também tentou minimizar os temores sobre sua nova tecnologia, alegando que um ano atrás o próprio governo dos Estados Unidos a observava como uma forma viável "de reduzir o número de colisões para 40%".

HISTÓRICO

O NTSB já havia criticado a Tesla em um acidente fatal anterior com o piloto automático.

Em setembro, o presidente do NTSB, Robert Sumwalt, disse que as limitações operacionais no Tesla Model S tiveram um papel importante em um acidente de maio de 2016 que matou o piloto usando o piloto automático.

Essa morte —a primeira fatalidade em um veículo Tesla operando no modo Autopilot— levantou questões sobre a segurança de sistemas que podem executar tarefas de direção por longos períodos com pouca ou nenhuma intervenção humana, mas que não podem substituir completamente os motoristas humanos.

O NTSB disse que a Tesla poderia ter tomado medidas adicionais para evitar o mau uso do sistema, e culpou o motorista por não prestar atenção e por "excesso de confiança na automação do veículo".

Em janeiro, NHTSA e NTSB lançaram investigações sobre um veículo Tesla, aparentemente viajando em modo semi-autônomo, que atingiu um caminhão de bombeiros na Califórnia. Nem a agência nem a Tesla atualizaram as informações sobre este caso.

As sondagens do governo aumentam o risco para a Tesla e as montadoras em um momento em que a indústria está buscando uma legislação federal que facilite a implantação de carros autônomos.

A Tesla disse na sexta que "o piloto automático não previne todos os acidentes —tal padrão seria impossível—, mas os torna muito menos propensos a ocorrer. Isso torna o mundo mais seguro para os ocupantes de veículos, pedestres e ciclistas".

A empresa afirmou que nos Estados Unidos há uma fatalidade automotiva a cada 86 milhões de milhas em todos os veículos de todos os fabricantes. "Para a Tesla, há uma fatalidade, incluindo fatalidades de pedestres conhecidas, a cada 320 milhões de milhas em veículos equipados com o hardware Autopilot".

Em setembro de 2016, a Tesla anunciou melhorias no Autopilot, adicionando novos limites à condução sem acionamento.

Na quinta-feira (29), a Tesla informou que estava recolhendo 123 mil sedãs Modelo S construídos antes de abril de 2016 para substituir parafusos no componente de direção hidráulica que podem começar a corroer após contato em temperaturas frias com sal nas estradas. Nenhum acidente ou ferimento foi relatado.

Versão 2019 do Toyota Etios calcula gasto de combustível em reais

02/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Poucos carros passaram por tantas atualizações ano após ano quanto o Toyota Etios. A novidade da linha 2019 é a adoção de controles eletrônicos de estabilidade, ainda raros neste segmento.

Daissuke Amano, chefe de produtos compactos da Toyota do Brasil, diz que já ocorreram ao menos 15 alterações no carro desde seu lançamento, no fim de 2012. "Os primeiros resultados de mercado não foram o que planejamos, mas escutamos os clientes e fomos mexendo no que precisava ser melhorado", afirma Amano.

Se colocados lado a lado, o Etios de 2012 e o atual tem as mesmas dimensões e mudanças na parte frontal, que hoje tem para-choque e grade mais chamativos.

As maiores diferenças estão na cabine, a começar pelas forrações escuras de agora, no lugar dos plásticos pintados de cinza do passado.

Os instrumentos de visualização ruim deram lugar ao painel digital que tem calculadora de consumo. O motorista insere o preço do combustível por litro e o sistema informa o gasto em reais ao longo do percurso.

A versão avaliada, X-Plus com câmbio automático, custa R\$ 59.620 e mistura revestimentos simples com equipamentos herdados das versões mais caras.

A malha que reveste os bancos transmite a simplicidade dos carros populares, também percebida no volante de plástico emborrachado. Para compensar, o painel frontal tem moldura pintada de preto perolizado, coisa de carro de luxo.

A caixa de quatro marchas é a mesma que equipou o sedã Corolla entre 1998 e 2014. No momento de iniciar o teste, os pontos negativos aparecem. O cinto de segurança não tem regulagem de altura e pode incomodar motoristas que tenham menos que 1,70 m de altura.

Quem curte novas tecnologias não vai gostar do sistema de som que equipa o Etios na versão X-Plus. Trata-se de um rádio pequeno e monocromático, cuja função mais relevante é a conexão via Bluetooth com telefones.

NA RUA

Ao sair da garagem, o compacto Toyota mostra as qualidades que fizeram a fama da marca no Brasil: direção leve, sensação de robustez e pouco barulho a bordo.

O câmbio automático melhora a vida no trânsito pesado e tem controle de cruzeiro: basta programar a velocidade na estrada e soltar o acelerador para dar descanso ao pé direito e evitar multas por ultrapassar os limites legais.

Quem viaja no banco de trás não reclama do espaço para pernas, mas acomodar um passageiro no assento do meio exige boa vontade de quem está nas laterais. Ao menos ele terá direito a encosto de cabeça e cinto de três pontos, que aumentam a segurança. Com mais essa atualização, o Etios se aproxima das versões automáticas de Chevrolet Onix Advantage (R\$ 54 mil) e Hyundai HB20 Comfort (R\$ 58,2 mil), líderes de mercado. A próxima mudança só deve ocorrer em 2020, com a chegada de uma nova geração do Toyota.

TOYOTA ETIOS X-PLUS AUTOMÁTICO

Motor Dianteiro, flex, aspirado, 1.496 cm³, 4 cilindros, 16 válvulas

Potência 107 cv (e) e 102 cv (g) a 5.600 rpm

Torque 14,7 kgfm (e) e 14,3 kgfm (g) a 4.000 rpm

Câmbio automático, de quatro marchas

Porta-malas 260 litros

Peso 945 kg

Pneus 185/60 R15

Aceleração (0 a 100 km/h) 12,2s (e) e 13s (g)

Retomada 9,8s (e) e 11,2s (g)

Consumo urbano 7,7 km/l (e) e 11 km/l (g)

Consumo rodoviário 12,5 km/l (e) e 16,7 km/l (g)

Preço R\$ 59.960

Largura 1,70 metro

Comprimento 3,88 metros

Altura 1,51 metro

Distância entre as rodas 2,46 metros

Uber fecha acordo com família de vítima de veículo autônomo

02/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Acidente pode levar à estagnação do desenvolvimento de carros sem motorista



Carro autônomo da Uber que atropelou e matou uma mulher passa por perícia - Safety Board/Handout/Reuters

A família da mulher que morreu atropelada por um carro autônomo da Uber no Arizona (EUA) fechou um acordo com a empresa de transportes, encerrando uma potencial batalha jurídica em torno da primeira fatalidade causada por veículos autônomos.

Cristina Perez Hesano, advogada do escritório Bellah Perez em Glendale, Arizona, disse que "o assunto foi resolvido" entre o Uber e a filha e o marido de Elaine Herzberg, que morreu após ser atropelada por um veículo autônomo da Uber neste mês.

Os termos do acordo não foram divulgados. A empresa de advocacia que representa a filha e o marido de Herzberg, que não tiveram seus nomes divulgados, disse que não tinha nada a acrescentar e que considerava o assunto resolvido.

Um porta-voz da Uber se recusou a comentar.

O acidente pode levar a estagnação do desenvolvimento e teste de veículos autônomos, projetados para eventualmente apresentar desempenho melhor do que o de motoristas humanos e reduzir fortemente o número de fatalidades que acontecem a cada ano.

A Uber suspendeu seus testes após o acidente. A Toyota Motor e a fabricante de chip Nvidia também suspenderam os testes de veículos autônomos em vias públicas, enquanto essas e outras empresas aguardam os resultados de uma investigação sobre o acidente em Tempe, o que acredita-se ser a primeira morte de um pedestre atropelado por um veículo autônomo.

A Uber não usa plataforma de direção autônoma da Nvidia, disse o presidente-executivo da fabricante de chip, Jensen Huang, na quarta-feira (28).

A fatalidade de 18 de março, perto do centro de Tempe, também representa um desafio de responsabilidade sem precedentes porque veículos autônomos ainda estão em estágio inicial, envolvem um sistema complexo de hardware e software frequentemente feitos por fornecedores terceiros.

Autopeças faturam 31,4% a mais em janeiro

02/04/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 28-03-2018)



Vendas às montadoras, exportações e mercado de reposição revelam forte alta no começo do ano

Os fabricantes de **autopeças** faturaram em janeiro 31,4% a mais do que no mesmo mês do ano passado. O principal motor da alta foi a venda às montadoras, que cresceu 33,7%.

As exportações aumentaram 32,2% e o mercado de reposição, 21,1%. Os números foram divulgados pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) e confirmam o cenário de recuperação apresentado em 2017.

O bom momento para as autopeças é comprovado pela medição mensal da utilização da capacidade instalada, que em janeiro de 2018 estava em 67%, 10 pontos percentuais acima de janeiro do ano passado. Como consequência, o nível de emprego para o mês foi 6,8% mais alto que o verificado um ano atrás.

Os números do Sindipeças são elaborados a partir de 60 empresas associadas, que representam 36,2% do faturamento total das indústrias do setor. De acordo com a entidade, mais de 60% desse faturamento decorre da venda às montadoras.

As exportações vêm em seguida com aproximados 18% dos ganhos. O mercado de reposição tem cerca de 16%. O restante decorre das vendas intrassetoriais, aquelas feitas entre os fabricantes do setor.

Marcopolo elege novo presidente do conselho

02/04/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 28-03-2018)



Os acionistas da **Marcopolo** elegeram James Eduardo Bellini seu novo presidente do conselho de administração em assembleia realizada na quarta-feira, 27. O executivo é filho de Paulo Bellini, fundador da empresa, e assume no lugar de Paulo Cezar da Silva Nunes, na função desde abril de 2016 e que passa para vice-presidente pelos próximos dois anos e também passa a integrar o comitê de RH e Ética, como coordenador.

Os acionistas também apontaram os demais membros para o conselho: Dan Ioschpe, Osvaldo Burgos Schirmer, Oscar de Paula Bernardes Neto, Henrique Bredda e Nélio Henriques Lima.

Bellini começou a trabalhar na empresa do pai no início da década de 90 e até 2005, como representante comercial da marca na Argentina. Posteriormente, assumiu o cargo de gerente comercial e diretor de mercado internacional, atuando na abertura de vários mercados, como Cuba e América Central.

Desde 2006, o executivo passou a se dedicar ao segmento náutico, com a construção de veleiros. Atualmente é sócio-proprietário da Wind Náutica, empresa dedicada à importação, exportação e comércio de kits para veleiros, peças e equipamentos náuticos.

Formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Bellini participou de cursos de aperfeiçoamento, como os de gerenciamento de restrições, planejamento estratégico, potencializando a capacidade de realizar, negociação e desenvolvimento interpessoal e também do Congresso Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC; do Programa de Desenvolvimento de Executivos Globais – Cenex.

Caoa Chery será marca brasileira de carro chinês

02/04/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 28-03-2018)



Andrade e Chen na frente do Tiggo2, o primeiro a carregar a marca Caoa Chery: produção brasileira de carros chineses

Grupo Caoa começa a reestruturar operação com produção de mais modelos

Empresa nascida no ano passado da fusão do Grupo Caoa com as operações brasileiras da chinesa Chery, a **Caoa Chery** começou a mostrar a que veio com o lançamento do

primeiro carro produzido sobre o guarda-chuva da sociedade sino-brasileira, o Tiggo2 apresentado na quarta-feira, 28.

A ideia é lançar produtos novos e mais atraentes, especialmente no segmento de SUVs, o que mais cresce, e assim conquistar gradativamente porções crescentes de mercado, 0,6% este ano (cerca de 15 mil unidades), chegar a 2% em 2020 e 5% até 2023. São percentuais pequenos, mas que representam expressiva recuperação, tendo em vista que a Chery emplacou apenas 3,7 mil carros em 2017 e ficou com market share de 0,17%.

Os projetos dos veículos são chineses, mas a administração é do grupo brasileiro e Carlos Alberto de Oliveira Andrade (o nome completo por trás da sigla Caoa) não esconde sua ambição maior de fazer de seu novo empreendimento uma marca brasileira de automóveis.

O empresário fez uma rara aparição e discurso diante de jornalistas durante o lançamento do Tiggo2, pela primeira vez no Brasil ao lado dos dois principais executivos da Chery, o CEO Anning Chen e o presidente de operações internacionais Pan Yanlong. Andrade aproveitou para apresentar a nova marca e suas ambições: "Com a Caoa tenho certeza que a Chery terá uma marca forte para ocupar importante colocação no mercado brasileiro".

"A Chery quer se globalizar. Para isso precisa de bons produtos e boa distribuição. Já desenvolvemos bons carros, temos muitas opções. Agora com a experiência da Caoa vamos fortalecer nossa posição no País. É um momento importante. O mercado brasileiro está crescendo de novo e será fundamental para nossa expansão internacional", afirmou Anning Chen, o CEO da Chery.

O executivo chinês lembrou que mesmo antes da parceria a montadora sempre teve grandes expectativas com o Brasil, por isso nunca cogitou sair do mercado brasileiro e manteve os investimentos que incluíram a fábrica de Jacareí. "Isso não mudou", reforçou.

Ungido pelo mercado como um dos maiores construtores de marcas automotivas no País, Andrade atualmente é o maior concessionário da Ford, Subaru, Hyundai e agora Caoa Chery. Ele afirma que já foi (e continua sendo) procurado por muitos fabricantes de veículos que querem compartilhar sua considerável força de vendas.

"Há dois anos fomos procurados pela Chery que nos fez a proposta de representa-los no Brasil. O que me convenceu a aceitar o negócio foi a força estatal da companhia. O presidente chinês Xi Jinping em pessoa está empenhando em fazer a indústria do país se desenvolver internacionalmente, principalmente nos BRICS. Isso tornou possível essa associação", conta Andrade.

O empresário garante que o negócio não causou nenhum ruído em sua antiga parceria com a Hyundai. Além de ser o maior distribuidor de carros da marca coreana no País, também é importador exclusivo e fabrica veículos Hyundai sob licença há 10 anos em sua fábrica própria de Anápolis (GO) – que este ano também começará a produzir dois Caoa Chery, que serão montados em linhas separadas e usarão a mesma cabine de pintura. "Não houve problema algum. A Hyundai até se aproximou mais de nós, porque é algo bom para parceiros que querem crescer juntos. E já existem outros nos procurando", revela Andrade.

GESTÃO CAO A

Embora sejam oficialmente sócios em partes iguais, fica claro que os chineses entregaram a gestão do dia-a-dia do negócio ao grupo brasileiro, a começar pela

nomeação do novo CEO da Caoa Chery, Marcio Alfonso, que já atuava como diretor de engenharia da Caoa.

Alfonso tem grande experiência na administração de fábricas. Ele e Mauro Correia, atual CEO do Grupo Caoa, estiveram entre os coordenadores da equipe que construiu a planta da Ford em Camaçari (BA).

“Os projetos da Chery serão desenvolvidos para o Brasil, com tecnologia chinesa e cooperação da nossa engenharia, que é tão boa quanto a deles na China”, diz Andrade.

“Somos sócios em partes iguais e a indicação de Márcio Alfonso para a direção da Caoa Chery é uma demonstração da nossa confiança nessa parceria. Mas será uma gestão compartilhada”, afirma o CEO Chen.

Pelo lado da Caoa, Mauro Correia acrescenta: “Temos um conselho de administração misto, com três membros da Caoa e três da Chery. Mas o quadro de empregados é diversificado, na fábrica de Jacareí tem chineses e brasileiros que já estavam na operação antes (da fusão), agora teremos mais pessoas da Caoa. Preocupação não é com quem lidera, mas alcançar bons resultados para ambas as partes”, diz.

O executivo ressaltou também que ambos os sócios têm grande experiência em sociedades bem-sucedidas. No caso da Chery, ele apontou parcerias no Irã, Egito e na própria China, onde mantêm uma joint venture para fabricação de modelos da Jaguar Land Rover. Pelo lado da Caoa, ele lembrou dos “sucessos históricos com outros sócios”, como Hyundai e Ford.

EXPORTAÇÕES

Outra possibilidade aberta com a parceria é a de transformar as fábricas de Jacareí e Anápolis em base de exportação de carros Caoa Chery para a América Latina. Não ficou claro, contudo, quais mercados poderão ser explorados pela sociedade e quais a Chery pretende manter para si.

Correia não comenta o que foi celebrado em contrato nesse sentido pelas duas empresas, mas diz que as oportunidades serão negociadas caso a caso. “A parceria cria uma boa base produtiva de exportação, vamos fazer uma análise do que é possível”, disse.

“Ambas as partes têm essa ambição (de exportar), mas primeiro o objetivo é estabelecer o negócio no Brasil”, destacou Chen. “O Mercosul e a América Latina ainda são um grande ponto de interrogação. Mesmo com acordos comerciais vigentes na região, ainda é mais caro exportar do Brasil do que da China para esses países. Mas precisamos resolver isso, vamos estudar as possibilidades e ver o que é necessário fazer”, ponderou.



O topo da Caoa Chery: Márcio Alfonso, CEO da nova empresa; Pan Yanlong, presidente da Chery International; Carlos Alberto de Oliveira Andrade, o próprio Caoa, presidente

CNH Industrial promove dois diretores na América Latina

02/04/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 28-03-2018)

Carlos Alberto Sisto é o novo CFO para a região e Hebersom Góes assume o Banco CNH Industrial

Mudanças importantes foram anunciadas pelo Grupo **CNH Industrial**: a empresa nomeou Carlos Alberto Sisto como seu novo CFO (chief financial officer) para a América Latina, sucedendo a Mariano Pizzorno, que passa a responder pela área financeira da Iveco e do segmento de veículos comerciais.

Outra mudança é a nomeação de Hebersom Góes como diretor da área de serviços financeiros na América Latina, responsável pelas operações do Banco CNH Industrial na região.

“São mudanças de posições naturais em um time bastante alinhado com a estratégia local e mundial da nossa companhia”, afirma o presidente da CNH Industrial para a América Latina, Vilmar Fistarol.

Na empresa há 20 anos, Sisto desenvolveu sua carreira na CNH Industrial em diferentes cargos, a maior parte focado na área financeira e em passagens pela Inglaterra, Romênia, França, Suíça e alguns países da Ásia. Natural de Turim, na Itália, é graduado em Economia pela Universidade Luigi Bocconi de Milão e possui especialização em Gestão e Administração de Empresas e MBA na London Business School, em Londres.

Por sua vez, Góes acumula mais de 20 anos de experiência nas áreas financeira e administrativa. Já trabalhou em empresas de contabilidade e auditoria, além de companhia ligada à área de energia renovável.

Chegou na CNH Industrial em 2010, ocupando posições executivas nas áreas financeiras e de serviços financeiros. Possui ainda experiência internacional: em 2013 trabalhou na área financeira da CNH Industrial nos Estados Unidos. Em 2014 retornou ao Brasil para assumir o cargo de diretor financeiro do Banco CNH Industrial e Financial Services para América Latina, posteriormente também passando a ser responsável pelas áreas de crédito e cobrança da região. É graduado em Economia pela Universidade Federal do Paraná e em Ciências Contábeis pela Universidade Tuiuti.

Neo Rodas atinge 1 milhão de unidades produzidas

02/04/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 28-03-2018)



Empresa alcança volume após quase um ano e meio desde o início das operações em Vinhedo

A **Neo Rodas** atingiu neste mês o volume de 1 milhão de **rodas de alumínio** produzidas e entregues às montadoras no Brasil e Mercosul. O marco é alcançado quase um ano e meio após o início de suas atividades na fábrica localizada em Vinhedo (SP), em outubro de 2016. Segundo a empresa, desde então, em todos os meses, a fabricante superou suas próprias expectativas de vendas definidas em seu plano de distribuição.

Com a recuperação do mercado automotivo, a companhia já registra neste ano uma carteira de pedidos equivalente a 1 milhão de rodas de alumínio, um aumento de 30% sobre as vendas totais de 2017. Com atendimento exclusivo para o mercado original (OEM), a empresa atende a BYD, FCA Fiat Chrysler, GM, Hyundai Cooa, Lifan, Mitsubishi e Volkswagen e informa que estão em andamento negociações com novos clientes na região, o que impulsionará a ampliação da gama de produtos até o fim do ano.

A Neo Rodas nasceu como uma nova empresa em 2016, a partir da aquisição de uma fabricante de rodas, a Alujet, que era do Grupo Sifco e que produzia as marcas Rodão e Binno, com foco no mercado de reposição e também no fornecimento para a Stock Car no Brasil. A nova marca foi apresentada ao mercado durante o Salão do Automóvel de 2016, em São Paulo.